BÁRBARA CARDOSO MUSACCHIO

**A TUTELA COLETIVA DOS INVESTIDORES NO MERCADO DE
CAPITAIS BRASILEIRO**

(LEI Nº 7.913, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1989)

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2019

BÁRBARA CARDOSO MUSACCHIO

**A TUTELA COLETIVA DOS INVESTIDORES NO MERCADO DE
CAPITAIS BRASILEIRO**

(LEI Nº 7.913, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1989)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de
Direito Comercial da Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a
obtenção do título de Mestre em Direito Comercial, sob a
orientação do Professor Dr. Erasmo Valladão Azevedo e
Novaes França.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2019

Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Cardoso Musacchio, Bárbara

A tutela coletiva dos investidores no mercado de capitais brasileiro (Lei nº 7.913, de 7 de dezembro de 1989) / Bárbara Cardoso Musacchio – orientador Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França – São Paulo, 2019.
162 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós Graduação em Direito Comercial) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Direito Comercial. 2. Mercado de Capitais. 3. Tutela Coletiva. 4. Lei nº 7.913/89. I. França, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes, orient. II. Título.

Nome: CARDOSO MUSACCHIO, Bárbara

Título: *A tutela coletiva dos investidores no mercado de capitais brasileiro (Lei nº 7.913, de 7 de dezembro de 1989)*

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito Comercial.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: Professor Doutor Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França

Membro

Membro

Membro

São Paulo/SP, _____ de _____ de 2019.

RESUMO

CARDOSO MUSACCHIO, Bárbara. *A tutela coletiva dos investidores no mercado de capitais brasileiro (Lei nº 7.913, de 7 de dezembro de 1989)*. 162 páginas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O presente trabalho teve como objeto a análise da ação prevista na Lei nº 7.913/89, de modo a (i) verificar se esta, tal como normatizada atualmente, é um meio adequado e/ou eficaz para a tutela coletiva dos interesses e direitos dos investidores do mercado de capitais brasileiro; e (ii) identificar os motivos pelos quais tal lei vem sendo (pelo menos aparentemente)¹ pouco utilizada no país, propondo, se o caso, mecanismos de *lege lata* e/ou *lege ferenda* para disseminar a sua aplicação.

Buscou-se analisar os contextos político, social e econômico referentes à evolução da tutela coletiva de interesses e direitos no Brasil, notadamente o advento da Lei nº 7.913/89, explicitando as justificativas utilizadas pelo legislador pátrio para a sua promulgação.

Antes de se analisar a matéria sob o prisma do direito brasileiro, passou-se ao estudo do tratamento conferido às *class actions* (utilizadas como inspiração para a criação da Lei nº 7.913/89) na defesa coletiva dos investidores nos Estados Unidos da América.

Em seguida, abordaram-se os tratamentos legislativo, doutrinário e jurisprudencial dispensados à matéria, abrangendo os conceitos gerais, características, contornos e problemas envolvendo a tutela dos investidores no mercado de capitais brasileiro, bem como os principais pontos de controvérsia identificados, incluindo questões como: (i) a natureza da ação prevista na Lei nº 7.913/89; (ii) a natureza dos interesses e direitos tutelados pela Lei nº 7.913/89; (iii) os destinatários da proteção legal; (iv) a abrangência do conceito de “mercado” para os fins de aplicação da Lei nº 7.913/89; (v) as condutas abarcadas pela Lei nº 7.913/89 e os danos que esta visa a coibir/reparar; (vi) os legitimados ativos e passivos da ação prevista na Lei nº 7.913/89 e os respectivos regimes de responsabilização; e (vii) o papel da CVM no âmbito da aplicação da Lei nº 7.913/89.

¹ O grande número de procedimentos arbitrais no âmbito dos litígios envolvendo questões societárias, que, via de regra, são confidenciais, prejudica tal análise.

Durante a análise, (i) compararam-se brevemente os modelos brasileiro e norte-americano, de sorte a verificar se, e em que medida, elementos do modelo norte-americano poderiam contribuir para a interpretação do modelo brasileiro; e (ii) analisaram-se aspectos específicos do Anteprojeto, cujo propósito é disciplinar a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos (*stricto sensu*) e individuais homogêneos, revogando, entre outros, a LACP, e o art. 3º da Lei nº 7.913/89 – que prevê a aplicação da LACP, no que aplicável, àquela lei, e seus reflexos na Lei nº 7.913/89.

Palavras-chave: Direito Comercial – Mercado de Capitais – Tutela Coletiva – Lei nº 7.913/89

ABSTRACT

CARDOSO MUSACCHIO, Bárbara. *A tutela coletiva dos investidores no mercado de capitais brasileiro (Lei nº 7.913, de 7 de dezembro de 1989)*. 162 pages. Master – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

This thesis examines the “public civil action” (*ação civil pública*) provided for in Law 7913/89, to (i) determine if it is a sufficient or effective mechanism for the protection of the collective interests of investors in the Brazilian securities market, and (ii) identify the reasons that the legislation has been little used in Brazil (apparently, at least),² and to propose ways of promoting use of the public civil action, through mechanisms under new or current legislation.

We analyze the political, social and economic contexts in which the protection of the collective interests and rights of investors in Brazil evolved, notably the introduction of Law 7913/89, and examine the reasons given by the legislator for adopting that legislation.

Before looking at collective redress in light of Brazilian law, we consider the role of class actions (which inspired Law 7913/89) in protecting the collective interests of investors in the United States.

We then turn to the question of how collective redress for investors has been treated in the legislation, by scholars, and by the courts in Brazil, studying the general concepts, characteristics, and contours of investor protection in the Brazilian securities market. We identify the main controversial questions, including: (i) the nature of the action provided for in Law 7913/89; (ii) the nature of the interests and rights protected by Law 7913/89, (iii) the intended beneficiaries of Law 7913/89, (iv) the scope of the concept of “market” for the purpose of applying Law 7913/89, (v) the conduct contemplated by Law 7913/89 and the losses that it is intended repair/suppress, (vi) the parties that have standing to sue and be sued under Law 7913/89, and the rules governing their liability, and (vii) the role of the Brazilian securities regulator (the CVM) in applying Law 7913/89.

In our analysis, we (i) present a brief comparison of the Brazilian and American models, to determine if, and to what extent, elements of the American model can contribute

² The large number of arbitration proceedings in corporate disputes makes it difficult to make a precise analysis, since the proceedings are confidential.

to understanding the Brazilian model, and (ii) examine specific aspects of a Bill that would govern collective actions for the protection of group rights generally, and would repeal the current Public Civil Actions Law (which applies to actions under Law 7913/89), and the consequences of that Bill for Law 7913/89.

Keywords: Corporate Law – Securities Market – Collective Redress – Law 7913/89

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ADR – *American Depositary Receipt*.

Anteprojeto – Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos – Projeto de Lei nº 5.139/09.

BACEN – Banco Central do Brasil.

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

B3 – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

CDC – Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

LACP – Lei da Ação Civil Pública – Lei nº 7.347/85.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA PROTEÇÃO COLETIVA DOS INTERESSES E DIREITOS NO BRASIL.....	22
1. Breve Histórico	23
2. Interesses e Direitos Transindividuais e Tutela Coletiva no Ordenamento Brasileiro	28
CLASS ACTIONS PARA A TUTELA COLETIVA NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....	37
1. Introdução	38
2. Breve histórico e análise	40
3. Princípio do <i>Full Disclosure</i> e a <i>Fraud-on-the-Market Theory</i>	48
AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A TUTELA COLETIVA NO MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO	55
1. Destinatários da proteção legal	56
2. Interesses e direitos tutelados.....	61
3. Legitimação ativa e coisa julgada.....	66
4. Legitimação passiva e responsabilidade	76
4.1. Condutas coibidas pela Lei nº 7.913/89.....	77
4.2. Regimes de responsabilização no Direito Societário.....	87
A. Responsabilidade dos administradores	90
B. Responsabilidade do acionista controlador.....	95
C. Responsabilidade da companhia (inclusive pela divulgação de informações).....	103
D. Ações de responsabilidade civil sob a ótica societária	111
5. A CVM e a Lei nº 7.913/89	116
CASUÍSTICA.....	121
CONCLUSÃO.....	126
BIBLIOGRAFIA.....	132

INTRODUÇÃO

A atividade empresarial é comumente financiada por três principais formas: (i) desembolso de recursos próprios pelos investidores, que, no caso das companhias abertas, pode ser feito por meio do acesso à poupança popular no mercado de capitais; (ii) financiamento estatal; e (iii) financiamento por bancos privados.

Historicamente tem preponderado no Brasil o financiamento estatal, cujo grande marco foi a criação em 1952 do BNDE, atual BNDES, com o objetivo de ser o órgão federal formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico³.

A partir dos anos 60, intensificou-se o processo de diversificação das formas de financiamento da atividade empresarial brasileira, face ao reconhecimento da necessidade de se mitigar a dependência estatal para o desenvolvimento da economia e contornar a crise instalada em 1963⁴, que culminou na instituição do regime militar no país.

Nesse período, foram promulgadas a Lei nº 4.595/64 e a Lei nº 4.728/65⁵, pioneiras na disciplina do sistema financeiro nacional, e do mercado de capitais respectivamente.

³ CAMARGO contextualiza a criação do BNDE, explicando que foi a forma com que o setor financeiro brasileiro propiciou “a elevada expansão do setor urbano-industrial” nos anos 50, uma vez que “o sistema bancário privado não era capaz de prover crédito de longo prazo e não se possuía um mercado de capitais desenvolvido”. CAMARGO, Patricia Olga. *A evolução recente do setor bancário no Brasil*. Acesso em 1 de agosto de 2018. Disponível em <http://static.scielo.org/scielobooks/hn9cv/pdf/camargo-9788579830396.pdf>

⁴ Ao se referir à dependência da atividade empresarial brasileira da capacidade do Estado de financiá-la e à incapacidade deste em fazê-lo de modo eficaz, SAES afirma que na “busca de uma política de desenvolvimento, independente se de cunho nacionalista ou por meio de abertura de mercados para produtos e empresas internacionais, os governos desse período dependeram fundamentalmente de uma ampla capacidade do Estado de financiar tais projetos. Essa foi uma condição essencial do plano de desenvolvimento no Brasil dos anos de 1930 a 1980, quando a falência do Estado interrompe tal crescimento; em dados momentos o Estado foi capaz de se autofinanciar, entretanto nos momentos de maiores dificuldades o capital estrangeiro, investido diretamente por empresas ou indiretamente por empréstimos para o Governo, foi o mecanismo para manter o crescimento nacional (FIORI, 1990). Por mais de três décadas os governos brasileiros utilizavam tal mecanismo de financiamento, promovendo políticas expansionistas. O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), com a política do Plano de Metas, impulsionou profundas transformações na sociedade a taxas de crescimento do PIB elevadas; excluindo o ano de 1956 cujo crescimento foi pequeno para o período, de 2,9%, os outros anos mantiveram taxas em torno de 10%. Entretanto tais taxas de crescimento não puderam ser mantidas nos governos seguintes, com uma trajetória de queda do crescimento, de 9,4% em 1960 para 8,6% e, 1961, 6,6% em 1962 até o colapso da economia em 1963, com a taxa de 0,6%.” SAES, Alexandre Macchione. *Dependência brasileira: quarenta anos de restrição ao financiamento da economia nacional (1964-2004)*. Acesso em 1º de agosto de 2018. Disponível em <http://www.klepsidra.net/klepsidra24/dependencia.htm>

⁵ “Até o Decreto-lei nº 2.627/40, a legislação brasileira sobre sociedades por ações tomou por modelo principalmente a legislação francesa, punindo as infrações com nulidades e sanções penais e civis, mas a partir da industrialização e do desenvolvimento do País, na década de 1950, aumentou a influência da legislação e das práticas comerciais norte-americanas, o que conduziu à promulgação da “Lei do Mercado de Capitais” (nº 4.728, de 14.07.1965), que instituiu regime de policiamento do mercado com o fim de proteger tanto o interesse dos investidores no mercado quanto o interesse geral na organização e no desenvolvimento do mercado, como instituição fundamental da economia de livre empresa.” LAMY FILHO, Alfredo; PEDREIRA, José Bulhões Pedreira (Coord.). *Direito das Companhias*. Rio de Janeiro: Forense, 2ª ed. 2017. p. 103.

Ademais, foram criados incentivos fiscais para o desenvolvimento do mercado de capitais, como os fundos do Decreto Lei nº 157/67, que possibilitavam ao investidor utilizar parte do imposto de renda devido na aquisição de quotas de fundos de ações de companhias abertas.

Contudo, as medidas adotadas pelo governo, responsáveis pela euforia à época no mercado de capitais brasileiro, contribuíram para a ocorrência do movimento especulativo conhecido como “*boom* de 1971”. Tal movimento decorreu em grande parte da intensificação das vendas de valores mobiliários pelos investidores mais experientes, que, por sua vez, foi motivada pela irrealidade dos preços com que tais valores vinham sendo negociados⁶.

Em razão da recessão do mercado de capitais brasileiro causada pelo “*boom* de 1971”, muito se discutiu sobre a necessidade de aprimoramento legislativo da matéria, como forma de proporcionar maior segurança aos investidores. Nesse sentido, com o intuito de se regular as companhias abertas, foram promulgadas a Lei nº 6.404/76, que tratou especificamente das sociedades por ações (criando, pela primeira vez, a diferenciação entre companhias abertas e companhias fechadas) e a Lei nº 6.385/76, responsável pela criação da CVM como órgão regulamentador e fiscalizador do mercado de capitais⁷.

⁶ VIDOR, George. *A história da CVM pelo olhar de seus ex-presidentes*. Rio de Janeiro: ANBIMA e BM&FBOVESPA, 2016, p. 25.

⁷ No período de 1965 a 1976, cabia (i) ao Conselho Monetário Nacional regulamentar as atividades das entidades que atuavam no “Sistema de Distribuição no Mercado de Capitais”; e (ii) ao BACEN a fiscalização do mercado de capitais. Esse modelo, contudo, não funcionou de forma eficaz, sendo pouco efetiva a fiscalização exercida pelo BACEN. VERÇOSA explica que as razões para tal fracasso residem em fatores de natureza política, uma vez que “*não se pode esquecer de destacar que o Banco Central do Brasil jamais foi um órgão plenamente autônomo, capaz de organizar-se adequadamente para o exercício de suas finalidades – já naquela época – e de resistir às pressões que sobre ele podiam desabar quando ferisse grandes interesses em jogo no mercado*”. VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. *Notas sobre o regime jurídico das ofertas ao público de produtos, serviços e valores mobiliários no direito brasileiro* – Uma questão de complementação da proteção de consumidores e de investidores. *Revista de Direito Mercantil*, ano XXXVI, v. 105, jan.-mar. 1997, pp. 75-83, p. 78. SZTAJN, em sentido semelhante, sustenta que os “*resultados dessa política foram medíocres*”, uma vez que o problema decorreria do fato de que “*o estímulo para a participação no mercado de capitais estava fundado na renúncia fiscal e não na tomada de riscos. Depois, como a fiscalização das operações era residual, pequena, o resultado foi que, no início dos anos 1970, depois de breve período de euforia com a queda do preço de ações, inadimplência no mercado de debêntures, escândalos e outros acidentes, houve quebra de confiança dos investidores que se afastaram do mercado.*” SZTAJN, Rachel. *Regulação e mercado de valores mobiliários*. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, São Paulo, n. 135, jul./set. 2004, pp. 136-147, p. 141. Cuidou a Lei nº 6.385/76 de manter, em seu artigo 3º, §1º, a competência do Banco Central do Brasil para fiscalizar o mercado de capitais, nas atribuições que não fossem especificamente outorgadas à CVM. Atualmente, cabe exclusivamente ao BACEN a regulamentação e fiscalização das operações desenvolvidas nos mercados de crédito, monetário e cambial, sendo de atribuição exclusiva da CVM a regulamentação do mercado de capitais. Contudo, com o alargamento da definição de valores mobiliários pela Lei nº 10.303/01, criou-se o conceito de mercado de derivativos, o qual, juntamente com o mercado de capitais compõe o “*mercado de investimentos coletivos*”. Dadas as especificidades da matéria, o mercado de derivativos passou a ser regulado em conjunto pelo BACEN e a CVM. SZTAJN, Rachel.

O final da década de 80 foi marcado por outros eventos que abalaram a economia brasileira, por exemplo: (i) a falência do Estado brasileiro, com a quase paralisação do crescimento econômico do país no final da década de 80⁸; (ii) os enormes prejuízos sofridos pelos investidores nos mercados de opção de ações e de futuro de ações, em razão da quebra da Bolsas de Valores do Rio de Janeiro e o escândalo do caso “Nahas”, que evidenciaram a insuficiência do arcabouço legal de proteção aos investidores no Brasil e a fragilidade do nosso mercado de capitais⁹; e (iii) a crise do sistema bancário nacional, em razão de fatores como “*o fim do lucro inflacionário, crescimento do crédito e da inadimplência e políticas monetária e creditícia restritivas, largamente influenciadas pela necessidade de garantir a nova inserção da economia ao sistema global*”¹⁰.

Na tentativa de reprimir os abusos no mercado de capitais e disseminar a sua utilização como forma de financiamento da atividade empresarial, foi promulgada a Lei nº 7.913/89, que disciplinou a ação civil pública para a tutela coletiva dos seus investidores/titulares de valores mobiliários. A Lei nº 7.913/89, juntamente com a LACP e, posteriormente, o CDC, constituíram o chamado “*micro-sistema de defesa de direitos coletivos*”¹¹.

Passados quase 30 anos da promulgação da Lei nº 7.913/89, são poucos (i) os estudos doutrinários desenvolvidos para analisar a ação prevista na Lei nº 7.913/89 – sendo

Regulação e mercado de valores mobiliários. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, n. 135, jul./set. 2004, pp. 136-147, p. 145.

⁸ “... a crise dos anos 80 maximizou e foi consequência, ao mesmo tempo, da contradição básica da estratégia desenvolvimentista da relação do Estado com o mercado, imposta pelo compromisso assumido, já na década de 30, entre as várias e heterogêneas frações do nosso empresariado. Este fator eminentemente político é que fez da nossa crise econômica uma crise de Estado, e de nossa transição democrática, um lento processo de implosão do próprio Estado desenvolvimentista, de tal forma que, ao longo dos anos 80, as empresas privadas se ajustaram financeiramente, acumulando lucros, gerando poupança e reduzindo o seu endividamento, usufruindo, como contra-face perversa, do desajustamento progressivo que levou o setor público à falência e a autoridade político-econômico à mais completa paralisia, expropriada do último e decisivo instrumento: a política monetária.” FIORI, José Luis. *Transição terminada: crise superada?* Acesso em 1º de agosto de 2018. Disponível em http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/62/20080624_transicao_terminada.pdf, p.144.

⁹ “O golpe no mercado foi tão forte que a Bolsa do Rio, para onde Nahas foi obrigado a se transferir depois de atritos com a diretoria da Bolsa de São Paulo, nunca mais se recuperou. Daí para frente ela foi perdendo importância no mercado e hoje é uma sombra de sua similar paulista, sobrevivendo praticamente dos leilões de privatização, que o governo ainda realiza lá.” Folha de São Paulo, 14 de outubro de 1997. Acesso em 1 de agosto de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi141008.htm>

¹⁰ MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro de. *Sistemas financeiros do Mercosul: estrutura, financiamento de longo prazo e interpenetração de capitais*. Acesso em 1º de agosto de 2018. Disponível em www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1796&tp=a, p. 28.

¹¹ BRUSCATO, Wilges. *A Proteção Judicial aos Investidores no Mercado de Valores Mobiliários*. Revista de Direito Mercantil, ano XLIV, v. 138, p. 35-52, São Paulo, abr.-jun. 2005. p. 41.

que grande parte do material sobre a matéria aborda quase que exclusivamente os aspectos processuais da lei; e (ii) os exemplos de ações ajuizadas para a proteção coletiva dos investidores/titulares de valores mobiliários do mercado de capitais brasileiro.

A pequena quantidade de material sobre o tema é inversamente proporcional à sua importância, uma vez que em um mercado abalado e de baixa credibilidade como o nosso, a tutela coletiva pode vir a ser um importante instrumento para a geração de segurança aos investidores do mercado de capitais, a exemplo do que acontece nos Estados Unidos da América.

Recentemente, as discussões acerca da confiabilidade do mercado de capitais brasileiro se intensificaram, em razão da propositura, nos Estados Unidos da América, de diversas ações coletivas contra companhias brasileiras com ADRs negociados no mercado de capitais norte-americano, com o intuito de ressarcir os prejuízos suportados pelos investidores norte-americanos, no contexto da onda de atos ilícitos que provocaram a desvalorização das suas ações¹². Frente a tal movimento, associações de classe brasileiras demonstraram interesse em ajuizar ações civis públicas no país com propósito semelhante¹³.

Em resposta à necessidade de se fortalecer a credibilidade do mercado de capitais brasileiro, foram editadas leis com o intuito de reforçar os mecanismos protetivos, como, por exemplo, (i) a Lei nº 13.303/16 (Lei de Responsabilidade das Estatais) que disciplinou o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e (ii) a Lei nº 13.506/17 que dispôs sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, alterando diversos diplomas legais.

¹² UOL, 8 de junho de 2016. Acesso em 1º de agosto de 2018. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2016/06/08/acoes-coletivas-de-investidores-contras-empresas-brasileiras-listadas-nos-eua-devem-aumentar.htm?cmpid=copiaecola>. Risco Seguro Brasil, 10 de fevereiro de 2016. Acesso em 1º de agosto de 2018. Disponível em <http://riscosegurobrasil.com/materia/cresce-numero-de-acoes-coletivas-contras-empresas-estrangeiras-nos-eua/>. Exame, 13 de agosto de 2016. Acesso em 1º de agosto de 2018. Disponível em <http://exame.abril.com.br/mercados/as-brasileiras-que-despertaram-a-ira-do-investidor-gringo/>

¹³ Um grande exemplo, é a mobilização da Associação de Acionistas Minoritários para o ajuizamento de ação civil pública buscando ressarcimento em razão do recente escândalo envolvendo o pagamento de propinas pela JBS. Globo, 20 de junho de 2017. Acesso em 1º de agosto de 2018. Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/economia/minoritarios-da-jbs-preparam-acao-para-pedir-ressarcimento-21522603.html>

Acresça-se também o fato de o Anteprojeto estar tramitando no Congresso Nacional¹⁴, com o objetivo de reformular a disciplina referente às ações civis públicas, e tratar questões controversas, que, conforme será adiante demonstrado, poderão ter grande impacto na aplicação da Lei nº 7.913/89.

Dessa forma, é indiscutível a importância de uma análise mais aprofundada da Lei nº 7.913/89 no ordenamento jurídico brasileiro¹⁵, como meio de fortalecimento do mercado de capitais pátrio no contexto atual, tanto em razão (i) do provável aumento do número de ações coletivas ajuizadas, no Brasil e nos Estados Unidos da América, para a tutela dos investidores, em resposta aos recentes escândalos envolvendo companhias brasileiras; quanto (ii) do declínio da economia brasileira a partir dos anos 90, que impulsionou a adoção de medidas na tentativa de se buscar no mercado de capitais o financiamento necessário para o desenvolvimento das suas atividades, como alternativa para a insuficiência atual de recursos do Estado e dos bancos privados para fomentá-las¹⁶; e (iii) da existência de um

¹⁴ O Anteprojeto está atualmente aguardando deliberação de recurso na mesa diretora da Câmara dos Deputados. Tal recurso foi interposto contra a aplicação ao caso do art. 133 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que determina que *“a proposição que receber pareceres contrários, quanto ao mérito, de todas as Comissões a que for distribuída será tida como rejeitada e arquivada definitivamente por despacho do Presidente”*.

¹⁵ Conforme lembra MUNHOZ, a qualidade do sistema legal não pode ser identificada apenas pelo *“conjunto de normas de direito material, ou seja, o direito societário propriamente dito. Tal ideia abrange o direito processual e o conjunto de instituições encarregadas de dar cumprimento a essas normas”*. MUNHOZ, Eduardo Secchi. *A importância do sistema de solução de conflitos para o direito societário: limites do instituto da arbitragem*. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coords.). *Processo societário*, pp. 81-88.

¹⁶ *“Após alguns anos de crescimento, em razão do ingresso relevante de investimentos estrangeiros de portfólio decorrentes de privatizações e da abertura da economia brasileira, observou-se a paulatina queda nos volumes negociados no mercado nacional, bem como grande número de fechamentos do capital de sociedades anônimas e escassas ofertas públicas de ações a partir da metade da década de 90. No mercado secundário, a média mensal de volume negociado na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – Bovespa caiu de US\$ 15,9 bilhões, em 1997, para US\$ 8,5 bilhões em 2000, enquanto o número de companhias listadas na bolsa também foi reduzido significativamente, passando de 589 companhias em 1996 para 495 em 2000. Já no mercado primário, entre 1995 e 2000, aconteceram apenas oito IPOs – registros de novas companhias com ofertas públicas de ações – sendo certo que apenas os IPOs que envolvessem uma listagem simultânea da companhia na New York Stock Exchange – Nyse eram considerados viáveis à época. Dessa forma, em que pese à estabilidade econômica conquistada pelo Brasil a partir da implantação do Plano Real em meados de 1994, faltavam a confiança e a credibilidade necessárias para atrair novos investimentos ao mercado de capitais nacional. Faltava-lhe segurança jurídica.”* MACIEL, Karina Teresa da Silva; MARTIN, Antônio. *Direitos difusos dos investidores no mercado de capitais: repressão ao insider trading*. In: *Revista de direito empresarial- ReDE*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v.2, no.2, mar.-abr., 2014, pp. 159 – 185. p. 160. Assim, foram adotadas medidas na tentativa de impulsionar o crescimento do mercado de capitais brasileiro como: (i) a criação de mecanismos voltados a assegurar o bom funcionamento e a confiabilidade do mercado de capitais, exemplificativamente a autorregulação das companhias – nesse sentido: *“outro fator que contribuiu ao maior interesse no mercado de capitais brasileiro foi a criação de diferentes níveis de governança corporativa pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) em dezembro do ano 2000 (Novo Mercado, Nível 1, Nível 2 e Bovespa Mais). Esses segmentos especiais de listagem foram desenvolvidos para fornecer um ambiente de negociação que simultaneamente estimula o interesse dos investidores e a valorização das empresas.”* STEFFEN, Helen Cristina; ZANINI, Francisco Antônio Mesquita. *Abertura ou Não de Capital no Brasil: Uma*

modelo de concentração do controle societário na realidade brasileira, cuja eficiência depende diretamente da qualidade do sistema de solução de conflitos societários adotado pelo país¹⁷.

Análise Prática da Percepção dos Executivos Financeiros. Revista Brasileira de Finanças, v. 12, n. 4, 2014, pp. 597-642; (ii) a reforma da Lei nº 6.404/76, por meio da Lei nº 10.303/01 – nesse sentido: “*A Lei 10.303 nasceu da necessidade de entronizar novas práticas no âmbito das S/As, alterando, minimamente, seu sistema de gestão e conformando regras novas e capazes de garantir a presença da segurança adequada aos investimentos privados*” BARBOSA FILHO, Marcelo Fortes. *Sociedade anônima atual: comentários e anotações às inovações trazidas pela Lei n. 10.303/01 ao texto da Lei n. 6.404/76*. São Paulo: Atlas, 2004, pp. 13-14; e (iii) a desmutualização das bolsas de valores - nesse sentido: “*com a desmutualização ocorre uma alteração na estrutura de propriedade da organização das bolsas, para uma forma societária com finalidade lucrativa. Como resultado, ocorre uma mudança na distribuição dos residual claims e do controle, com implicações para o comportamento da organização e seu desempenho. Em muitos casos, essa nova forma organizacional assumida é a de uma sociedade por ações, seguida de um procedimento de abertura de capital, de forma que novos recursos possam ser obtidos no mercado, junto a investidores.*” (...) “*as bolsas brasileiras concluíram o processo de desmutualização no ano de 2017, com a constituição da Bolsa de Mercadorias & Futuros S.A., que posteriormente obteve registro de companhia aberta e da Bolsa de Valores de São Paulo S.A., esta última controlada pela companhia aberta Bovespa Holding S.A. Ao analisarmos as mudanças ocorridas em outros países a esse respeito, observa-se que, em certa medida, o processo de desmutualização chegou tardiamente ao Brasil, em especial quando observada a evolução das transformações nos países mais desenvolvidos.*” DUTRA, Marcos Galileu Lorena. *As Novas Estruturas Organizacionais da Bolsa*. São Paulo, 2008. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. pp. 74 e 147. Em decorrência de tal movimento, o mercado de capitais brasileiro atingiu o seu auge em 2007, com a realização, por várias companhias, de ofertas públicas iniciais - IPOs, impulsionadas por um cenário econômico marcado pelo crescimento da atividade econômica, controle da inflação, taxas de juro em declínio, e crédito em expansão. Com a crise mundial do *subprime* em 2008, houve uma desaceleração da economia brasileira, que se viu privada de crédito bancário, em razão da perda da liquidez internacional. Há, contudo, previsões favoráveis recentes para o mercado de capitais brasileiro: “*Com a Selic no seu menor patamar histórico (7% ao ano com expectativa de queda) e retomada da economia no Brasil, temos tudo para vivenciar mais um ano de bull market por aqui e, por isso, sigo otimista com a Bolsa brasileira. Mas o caminho poderá ser tortuoso, com eleições e incertezas no mercado externo. Portanto, é importante carregar no portfólio uma parcela em seguros, como dólar e ouro.*” Exame, 22 de janeiro de 2018. Acesso em 1º de agosto de 2018. Disponível em <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/o-que-esperar-do-mercado-financeiro-em-2018/>

¹⁷ MUNHOZ, Eduardo Secchi. *A importância do sistema de solução de conflitos para o direito societário: limites do instituto da arbitragem*. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coords.). *Processo societário*, p. 78.

CONCLUSÃO

Por meio desta dissertação, buscou-se desenvolver uma breve análise histórica da defesa dos interesses e direitos transindividuais e das ações coletivas no Brasil e nos Estados Unidos da América, bem como de alguns dos principais aspectos de direito material e processual referentes a tais interesses e direitos, especialmente a aplicação das *class actions* no âmbito das *securities litigation* e da ação civil pública prevista na Lei nº 7.913/89.

Tal análise foi desenvolvida com o principal objetivo de compreender se a Lei nº 7.913/89 constitui meio apto e conveniente à repressão de condutas lesivas no mercado de capitais nacional.

A nosso ver, para a realização de tal aferição, é indispensável a dissipação das dúvidas suscitadas pela doutrina e pela jurisprudência no que se refere aos legitimados passivos e aos regimes de responsabilidade aplicáveis no âmbito da Lei nº 7.913/89.

Sabe-se que a legitimidade é um conceito próprio do direito processual ao passo que a responsabilidade é típica do direito material. Dadas as considerações tecidas nessa dissertação, é evidente que a determinação da responsabilidade e, consequentemente, da legitimidade passiva quando da aplicação da Lei nº 7.913/89, depende diretamente da análise do fato em questão, *vis-à-vis* as diferentes regras de responsabilização societária/civil e a pretensão deduzida em juízo.

Considerando a natureza das condutas coibidas pela Lei nº 7.913/89, entendemos que a ação civil pública prevista em tal diploma guarda certa semelhança com a ação individual do acionista ou terceiro prevista no art. 159, §7º da Lei nº 6.404/76³⁰¹. Com efeito, por meio da ação civil pública poderão ser tuteladas as pretensões individuais dos investidores do mercado de capitais, associadas a danos que repercutem diretamente nos respectivos patrimônios.

Tal interpretação é consubstanciada, dentre outros, na leitura (i) da ementa da referida lei que esclarece que a ação civil pública nela disciplinada é voltada à responsabilização “por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários”; e (ii) do seu art. 2º, que prevê que as importâncias decorrentes da condenação reverterão aos investidores lesados, na proporção de seu prejuízo³⁰².

³⁰¹ No mesmo sentido: ADAMEK, Marcelo Vieira von. *Responsabilidade civil dos administradores de S/A (e as ações correlatas)*. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 390.

³⁰² Assim, tendo em vista que o ordenamento jurídico brasileiro não admite o pagamento de indenizações diretamente aos acionistas pela ocorrência de danos indiretos, a única interpretação possível é de que esta lei é voltada apenas para a tutela dos danos diretos causados aos investidores. Ademais, o próprio art. 91 do CDC

Dessa forma, a ação civil pública não se destina, conseqüentemente, a tutela (ainda que feita de forma derivada) da companhia em si - para o que a legislação societária disponibiliza as ações *ut universi* e *ut singuli*³⁰³.

Contudo, é importante frisar que, conforme já apontado por MOREIRA, “a ação da Lei 7.913/89 não é apenas a coletivização da ação individual da lei societária”, sendo muito mais abrangente³⁰⁴.

Não é possível se admitir que, assim como acontece com o art. 159, §7º da Lei nº 6.404/76, a legitimação passiva no âmbito da aplicação da Lei nº 7.913/89 esteja restrita aos administradores da companhia.

Em que pese o fato de que as condutas exemplificativas arroladas nos incisos I e II, do art. 1º da Lei nº 7.913/89 prevejam hipóteses que, pela sua natureza, serão praticadas por administradores ou outros participantes do mercado, o inciso III do referido diploma é explícito em determinar que também são coibidas pelo diploma legal a “*omissão de informação relevante por parte de quem estava obrigado a divulgá-la, bem como sua prestação de forma incompleta, falsa ou tendenciosa*”.

Conforme demonstrado, o regime de responsabilização pela divulgação de informações por companhias abertas (que pode ocorrer tanto no momento da emissão dos títulos quanto no momento de sua negociação no mercado) também é aplicável às companhias, por força do art. 927 do Código Civil.

que rege o procedimento relacionado à ação civil pública para a tutela de direitos individuais homogêneos (aplicável subsidiariamente à Lei nº 7.913/89, conforme demonstrado) é inequívoco que o propósito de tal ação é buscar reparação “*pelos danos individualmente sofridos*” pela coletividade afetada.

³⁰³ “*Esse prejuízo direto alvo da tutela assegurada (ou reconhecida) pela lei societária pode ser globalmente alcançado pela ação coletiva da Lei 7.913/89; os incisos do art. 1º dessa lei confirmam que a ação coletiva tutela, globalmente, o direito de sócios (e não sócios) que teriam proteção segundo as normas do direito comum. Esse é um ponto de contato relevante entre a ação individual da lei societária e a ação coletiva da lei de 1989: ambas dependem de verificação de prejuízo direto, embora nem sempre seja fácil identificar, com precisão, se o dano incide diretamente no patrimônio do sócio ou de terceiros, ou se o dano é social e repercute no patrimônio do sócio, quando se caracteriza o dano indireto.*” MOREIRA, Alberto Camiña. *A Ação Civil Pública da Lei 7.913/89 entre o Direito Societário Coletivo e o Direito Societário*. In: CARVALHOSA, Modesto; LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros; WALD, Arnaldo (coord.). *A Responsabilidade Civil da Empresa Perante os Investidores – Contribuição à Modernização e Moralização do Mercado de Capitais*. São Paulo, Quartier Latin do Brasil, 2018. pp. 314-363. pp. 339-340.

³⁰⁴ MOREIRA, Alberto Camiña. *A ação civil pública da Lei 7.913/89 entre o direito coletivo e o direito societário*. In: CARVALHOSA, Modesto; LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros; WALD, Arnaldo (coord.). *A Responsabilidade Civil da Empresa Perante os Investidores – Contribuição à Modernização e Moralização do Mercado de Capitais*. São Paulo, Quartier Latin do Brasil, 2018. pp. 313-363. p. 341.

Com efeito, uma vez praticado um ato ilícito (manifestado na omissão e/ou falha na divulgação de informação relevante da companhia) e verificados os demais requisitos ensejadores da responsabilidade civil, será imputada à companhia o dever de repará-los.

Sem afastar a responsabilidade dos administradores, prevista no art. 157, §4º da Lei nº 6.404/76³⁰⁵, nos parece indiscutível que cabe primordialmente à companhia o dever de divulgação da informação e, conseqüentemente, deve a ela ser imputada a responsabilidade por falhas no âmbito de tal obrigação³⁰⁶, como decorrência da aplicação da teoria organicista.

Ainda que, no caso concreto, a prática possa decorrer da violação pelo administrador de um dever legal a ele atribuído (o que, a princípio, afastaria a possibilidade de o seu ato ser imputado à companhia), fato é que os investidores que negociam com os valores mobiliários no mercado de capitais são, via de regra, terceiros de boa-fé³⁰⁷, que não tinham ou não poderiam ter tido conhecimento da violação pelo administrador.

³⁰⁵ Art. 157 da Lei nº 6.404/76 “O administrador de companhia aberta deve declarar, ao firmar o termo de posse, o número de ações, bônus de subscrição, opções de compra de ações e debêntures conversíveis em ações, de emissão da companhia e de sociedades controladas ou do mesmo grupo, de que seja titular. (...) §4º Os administradores da companhia aberta são obrigados a comunicar imediatamente à bolsa de valores e a divulgar pela imprensa qualquer deliberação da assembléia-geral ou dos órgãos de administração da companhia, ou fato relevante ocorrido nos seus negócios, que possa influir, de modo ponderável, na decisão dos investidores do mercado de vender ou comprar valores mobiliários emitidos pela companhia.”

³⁰⁶ No mesmo sentido, MOREIRA esclarece que “não é o órgão da administração que emite valores mobiliários, é a sociedade; não é o órgão da administração que capta recursos junto ao mercado, senão a sociedade. Quem tem o dever de informar o mercado em que está presente é a sociedade emissora de valores mobiliários; o órgão societário é o meio para se alcançar tal desiderato, apresentando-a; full disclosure é dever da sociedade, e o ‘administrador é o principal agente de efetivação desse princípio negocial. Por isso, a legitimidade passiva, na ação civil pública com fundamento no art. 1º, III, da Lei 7.913/89, é tanto do administrador quanto da sociedade, podendo ainda ser envolvida, no caso de emissão primária, entidade distribuidora de valores mobiliários, ou, enfim, quem atuar como underwriter, que, ‘da mesma forma que a companhia emissora, tem a obrigação fundamental de assegurar plena e correta divulgação das informações. O litisconsórcio passivo é facultativo.”. MOREIRA, Alberto Camiña. *A ação civil pública da Lei 7.913/89 entre o direito coletivo e o direito societário*. In: CARVALHOSA, Modesto; LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros; WALD, Arnoldo (coord.). *A Responsabilidade Civil da Empresa Perante os Investidores – Contribuição à Modernização e Moralização do Mercado de Capitais*. São Paulo, Quartier Latin do Brasil, 2018. pp. 313-363. p. 342.

³⁰⁷ “Paulo Salvador FRONTINI afirma que, de acordo com a representação orgânica, é a sociedade quem está agindo, não um mero mandante seu, e que, pela celeridade da vida negocial, a boa-fé deve ser presumida, sendo a aparência fator que convalida situações originalmente irregulares, se constituída nos moldes daquele princípio. (...) O grande problema que daí deriva está na definição da atuação pautada pela boa-fé, isto é, na investigação que exige o caso concreto, a fim de que se descubra se o terceiro age, ou não, com boa-fé. No âmbito das relações negociais, importa, com objetivo da tutela de ordem, que as trocas se deem com observância de certo padrão de segurança. Essa segurança é necessária para a realização das finalidades de interesse geral, bem como para produção e distribuição de bens e serviços e o bom funcionamento da economia. Por isso se privilegia a tutela da proteção das justas expectativas das partes negociais.” LORIA, Eli. *Companhia aberta: objeto social e operações de risco*. Tese de Doutorado - Doutorado em Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2012. p.88

Ademais, não é razoável se admitir que a companhia, que se beneficiou com a possibilidade de negociar seus títulos no mercado e, conseqüentemente, obter financiamento provavelmente mais vantajoso do que junto a instituições financeiras, possa ser considerada apenas uma vítima da falha na divulgação.

Nesse sentido, é indispensável que a confiança do investidor (independentemente de quem seja) no mercado seja resguardada pelo nosso ordenamento, de modo a fortalecê-lo³⁰⁸.

Tal entendimento coaduna-se com a lógica das *class actions* do sistema norte-americano, as quais, conforme demonstrado, são ajuizadas com base exclusivamente em uma falha no sistema de *full disclosure*, extensivamente resguardado pela *US Securities Law*.

Face a todo o exposto, podemos concluir que a Lei nº 7.913/89 disponibiliza aos seus legitimados ativos mecanismos adequados e eficazes (ainda que pouco utilizados) para a proteção do mercado de capitais brasileiro, manifestado sobretudo na possibilidade de se estender a responsabilidade pela violação ao dever de informação também para as companhias, que costumam ser as entidades com poder econômico para poder arcar com as respectivas indenizações.

Com efeito, ainda que (i) o sistema de tutela do mercado de capitais brasileiro seja baseado na intervenção pública e não privada (o que diminui os legitimados à propositura da referida ação civil pública e, conseqüentemente, a possibilidade de sua utilização); e (ii) no nosso caso, haja dificuldades adicionais, como, por exemplo, a inexistência de previsão legal que justifique a aplicação da presunção da *fraud-on-the-market theory*³⁰⁹, entendemos

³⁰⁸ Nesse sentido, esclarece MOREIRA que “*pouco importa se os titulares de valores mobiliários são grandes empresas, brasileiras ou estrangeiras (não residentes), se são instituições financeiras ou fundos de investimento; ou se é a pessoa natural, poupadora de recursos que sobram do seu salário. Pode ser até um especulador do mercado, que também recebe a proteção legal. Não é o patrimônio desses titulares (personalizados ou não) a razão de se instituir a Lei 7.913/89, pois a vítima do dano sempre teve à sua disposição as leis civis para a defesa do seu direito, o que, aliás, é preservado e realçado pela norma em questão, cujo artigo primeiro traz a ressalva – sem prejuízo da ação de indenização do prejudicado –, o que se faz com as normas do direito privado brasileiro. É preciso acentuar esse ponto: a instituição chamada mercado de capitais é o alvo da proteção.*” MOREIRA, Alberto Camiña. *A ação civil pública da Lei 7.913/89 entre o direito coletivo e o direito societário*. In: CARVALHOSA, Modesto; LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros; WALD, Arnaldo (coord.). *A Responsabilidade Civil da Empresa Perante os Investidores – Contribuição à Modernização e Moralização do Mercado de Capitais*. São Paulo, Quartier Latin do Brasil, 2018. pp. 313-363. p. 319.

³⁰⁹ Em decorrência do que, conforme já mencionado, é indispensável que o investidor demonstre, no âmbito da liquidação individual da sentença coletiva, não apenas o dano a ele causado, como também que foi motivado a negociar os valores mobiliários no período em questão, em razão da falha na divulgação da informação.

não haver dúvidas acerca da possibilidade de se responsabilizar civilmente as companhias por falha no dever de divulgar informações ao mercado, nos termos do art. 1º, III da Lei nº 7.913/89 c/c art. 927 do Código Civil, à semelhança do que é feito com as *class actions* no âmbito das *securities litigation* no mercado de capitais norte-americano.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ADAMEK, Marcelo Vieira von. *Responsabilidade civil dos administradores de S/A (e as ações correlatas)*. São Paulo: Saraiva, 2009.

AGUIAR, Danilo Augusto Barboza de. *Proteção dos acionistas minoritários das sociedades anônimas abertas como forma de promover o desenvolvimento do mercado de capitais nacional: alterações no regime legal das ações preferenciais*. Revista de direito bancário, do mercado de capitais e da arbitragem, v. 6, n. 22, p. 88-127, out./dez. 2003.

AGUIAR, Leandro Katscharowski. *Tutela coletiva de direitos individuais homogêneos e sua execução*. São Paulo: Dialética. 2002.

ALMEIDA, André de. *Class action e regulação do mercado*. Correio braziliense, n. 18886, 9 fev. 2015. Direito & Justiça.

ALMEIDA, Gregório Assagra de. *Direito Processual Coletivo brasileiro: Um novo ramo do Direito Processual*. São Paulo: Saraiva, 2003.

ALMEIDA, Gustavo Milaré. *Execução de interesses individuais homogêneos: análise crítica e propostas*. São Paulo: Atlas. 2014.

ALMEIDA, João Batista de. *Ação civil pública e ação coletiva: afinidades e distinções*. Revista de Direito do Consumidor, v. 26, p. 113 – 118, São Paulo, abr.-jun. 1998.

ALMEIDA, Marcelo Pereira de. *Processo coletivo: teoria geral, cognição e execução*. São Paulo: LTr, 2012.

ALPA, Guido. *Interessi Diffusi*, in Revista de Processo, vol. 81, jan/mar, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996, p. 146/159.

ALONSO, Leonardo. *O bem jurídico nos crimes contra o mercado de capitais*. Revista Brasileira de Ciências Criminais, vol. 82, jan./fev. 2010, pp. 129-164.

ALVES, Cleber Francisco e PIMENTA, Marília Gonçalves. *Acesso à Justiça em preto e branco: retratos institucionais da Defensoria Pública*, Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2004.

ALVIM, Arruda et al. *Código do Consumidor Comentado*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

ALVIM, Arruda. *Princípios Constitucionais na Constituição de 1988 e o Acesso à Justiça*, in Revista do Advogado nº 34 de julho de 1991, págs. 05/22, São Paulo: AASP, 1993.

ANDRADE, Rafael de Almeida Rosa. *Uma revisão teórica e empírica da relação entre Judiciário e desenvolvimento do mercado de capitais*. São Paulo, 2007. Monografia. Prêmio Bovespa-Direito GV.

ANDREZO, Andréa Fernandes; LIMA, Iran Siqueira. *Mercado financeiro: aspectos históricos e conceituais*. São Paulo: Pioneira, 2001.

ARAÚJO FILHO, Luiz Paulo da Silva. *Ações coletivas: A tutela jurisdicional dos direitos individuais homogêneos*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

ARAÚJO, Rodrigo Souza Mendes. *A ação para a tutela dos interesses individuais homogêneos: a class action for damages brasileira?* In: MAZZEI, Rodrigo; NOLASCO, Rita Dias (Coords.) *Processo civil coletivo*. São Paulo: Quartier Latin, 2005. p. 696-719.

ARENHART, Sérgio Cruz. *Perfil da Tutela Inibitória Coletiva*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003.

ARRUDA ALVIM NETTO, José Manoel de. *Código do Consumidor Comentado*, São Paulo. Revista dos Tribunais. 2ª ed. 1995.

ÁVILA, Humberto. *Teorias dos Princípios. Da Definição à Ampliação dos Princípios Jurídicos*, São Paulo: Malheiros, 2004.

_____. *Tendências Contemporâneas do Direito Processual Civil*, in Temas de Direito Processual, Terceira Série, São Paulo: Saraiva, 1984.

_____. *Efetividade e técnica Processual*, in Temas de Direito Processual, Sexta Série, São Paulo: Saraiva, 1997.

BARBOSA FILHO, Marcelo Fortes. *Sociedade anônima atual: comentários e anotações às inovações trazidas pela Lei n. 10.303/01 ao texto da Lei n. 6.404/76*. São Paulo: Atlas, 2004.

BARROSO, Luís Roberto. *A proteção coletiva dos direitos no Brasil e alguns aspectos da class action norte-americana*. Revista Jurídica Empresarial, ano II, n. 8, maio/junho 2009, pp. 31-55.

BARTOS, Jim. *United States Securities Law: A Practical Guide*. Kluwer Law International. 3rd ed. 2006.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Tutela Cautelar e Tutela Antecipada: tutelas sumárias de urgência (tentativa de sistematização)*, 2^a edição, São Paulo: Malheiros, 2001.

BELLINETTI, Luiz Fernando. *Ações coletivas: um tema a ser ainda enfrentado na reforma do Código de Processo Civil Brasileiro - A relação jurídica e as condições da ação nos interesses coletivos*. Revista de Processo, v. 98, abr.-jun. 2000, pp. 125-132.

BERMUDES, Sérgio. *A legitimidade processual do Ministério Público e das associações na tutela do investidor de fundos*. Revista Trimestral de Direito Civil, São Paulo, n. 27, jul./set., 2006.

BERSHAD, David J. *Securities class actions: abuses and remedies*. Ed. Edward J. Yodowitz, Roger Clegg e Steven J. Kolleeny. Washington D.C.: National Legal Center for the Public Interest, 1994.

BERTOLINO, Giulia. *L'opt-out nell'azione risarcitoria collettiva: una contrarietà davvero giustificata?: analisi del dibattito e prospettive di riforma*. Rivista trimestrale di diritto e procedura civile, v. 70, n. 2, p. 475-505, giugno. 2016.

BILICH, Edward K. M.; KLONOFF, Robert H. *Class actions and other multi-party litigation: cases and materials*. St. Paul, Minn: West Group, 1999.

BISCAIA, Antonio Carlos. *Em defesa da cidadania: ação civil pública*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2009.

BLACK, Bernard S. *The legal and institutional preconditions for strong securities markets*. UCLA Law Review, v. 48, p. 781 – 855, 2001.

_____. *Strengthening Brazil's securities markets*. Stanford Law School, John M. Olin Program in Law and Economics, Working Paper, n. 205.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*, Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRUNIERI, Wendel Fernando. *Possibilidade de modulação do procedimento pelo juiz na nova lei de ação civil pública (artigo 10, I, do projeto de lei nº 5.139/2009)*. Revista IOB de direito civil e processual civil, v. 11, n. 64, p. 52-60, mar./abr. 2010.

BUENO, Cássio Scarpinella. *A Legitimidade Ativa no Mandado de Segurança Coletivo: Art. 5º, LXX, da CF/1988*. Revista de Processo, vol. 88, out.-dez. 1997, pp. 185-207.

_____. *Amicus Curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático*. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. et al (organizadores). *Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

_____. *As class actions norte-americanas e as ações coletivas brasileiras: pontos para uma reflexão conjunta*. Acesso em 1 de agosto de 2018. Disponível em <http://www.scarpinellabueno.com/images/textos-pdf/004.pdf>

_____. *O Poder Público em Juízo*, São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. *Réquiem para a Ação Civil Pública*, in Temas de Direito Processual Civil (Coord. César Augusto de C. Fiúza), Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 49 – 72.

BULGARELLI, Waldirio. *Apontamentos sobre a responsabilidade dos administradores das companhias*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, ano XXII, n. 50, abr./jun. 1983, pp. 75-105.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Instrumentalidade do processo e devido processo legal*, in REPRO, vol. 102, São Paulo: Revista dos Tribunais. abril/ jun. 2001. pp. 55/67.

_____. CALMON DE PASSOS, J. J.. *Poder, Justiça e Processo*, Rio de Janeiro: Revista Forense, 1999.

_____. *Substituição processual e interesses difusos, coletivos e homogêneos: vale a pena pensar de novo?* In: TUBENCHLAK, James; BUSTAMANTE, Ricardo Silva. Livro de Estudos Jurídicos, Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Jurídicos, 1993, v. 6.

CAMARGO, Patricia Olga. *A evolução recente do setor bancário no Brasil*. Acesso em 1 de agosto de 2018. Disponível em <http://static.scielo.org/scielobooks/hn9cv/pdf/camargo-9788579830396.pdf>

CAMPOS, Ronaldo Cunha. *Ação civil pública*. Rio de Janeiro: Aide, 1995.

CÂNDIA, Eduardo. *Tutela jurisdicional coletiva dos investidores no mercado de valores mobiliários: quem são os colegitimados ativos para a ação civil pública?* Revista de direito bancário e do mercado de capitais, v. 14, n. 52, p. 77-125, abr./jun. 2011.

CANTIDIANO, Luis Leonardo. *Direito societário e mercado de capitais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

CAPPELLETTI, Mauro. *Appunti sulla tutela giurisdizionale di interessi collettivi o diffusi*. Le azioni a tutela di interessi collettivi. Padova: Cedam, 1976.

_____ ; GARTH, Bryant. *Access to justice: the worldwide movement to make rights effective*. A general report. Milano: Giuffrè, 1978.

CAPPELLETTI, Mauro (sem indicação de tradutor). *Algunas reflexiones sobre el rol de los estudios procesales en la actualidad*. In *REPRO*, vol. 64, São Paulo: Revista dos Tribunais. Out./dez. 1991. pp. 145/150.

_____. *Formações Sociais e Interesses Coletivos Diante da Justiça Civil*, in Revista de Processo, vol. 5 – separata.

_____. *Problemas de Reforma do Processo nas Sociedades Contemporâneas*, Revista Forense nº 318 p. 119 – 128.

_____ ; JOLOWICZ, John Antony. *Public interest parties and the active role of the judge in civil litigation*. Milano: Giuffrè Dobbs Ferry; N.Y.: Oceana Publications, 1975.

CARNEIRO, Athos Gusmão. *Da intervenção da união federal, como amicus curiae*. Revista de Processo, ano 28, jul.-set. 2003.

_____. *Direitos individuais homogêneos, limitações à sua tutela pelo Ministério Público*. Revista de Processo, v. 103, jul.-set. 2001, pp. 189-198.

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *A coisa julgada nas ações coletivas*. In: TUBENCHLAK, James; BUSTAMANTE, Ricardo Silva. Livro de Estudos Jurídicos, Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Jurídicos, 1991, v. 1.

_____. *Acesso à Justiça: juizados especiais cíveis e ação civil pública*, Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. *A proteção dos direitos difusos através do compromisso de ajustamento de conduta (Lei da ação civil pública)*. In: TUBENCHLAK, James; BUSTAMANTE, Ricardo Silva. Livro de Estudos Jurídicos, Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Jurídicos, 1991, v. 1.

_____. *Da tutela preventiva dos direitos difusos pelo Ministério Público*. Justitia, n. 131, v. 47, p. 279 – 289, São Paulo, set. 1985.

_____. *O Ministério Público e a Lei da Ação Civil Pública – Dez anos na defesa dos interesses difusos e coletivos*. Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, v. 2, p. 148 – 157, jan.-dez. 1995.

CARNEIRO DE QUEIRÓZ, José Eduardo. *Valor mobiliário, Oferta Pública e Oferta Provada*. Revista de Direito Bancário, n. 41.

CARPI, Federico. *Some observations on the current trends of the class actions in Civil law countries*. Revista de processo, v. 36, n. 196, p. 385-392, jun. 2011.

CARVALHOSA, Modesto. *Parecer Jurídico*. In: CARVALHOSA, Modesto; LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros; WALD, Arnaldo (coord.). A Responsabilidade Civil da Empresa Perante os Investidores – Contribuição à Modernização e Moralização do Mercado de Capitais. São Paulo, Quartier Latin do Brasil, 2018. pp. 25-47.

CAVALCANTE, Francisco; RUDGE, Luis Fernando. *Mercado de capitais*. Minas Gerais: CNBV, 1997.

CAVALCANTI, Marcos de Araújo. *A evolução da tutela jurisdicional coletiva no Brasil*. Revista Dialética de Direito Processual, n. 131, fev. 2014, pp. 33-55.

CHAYES, Abram. *The role of the judge in public law litigation*. Harvard Law Review, v. 89, p. 1.281, May 1976.

CHEDIAK, Julian Fonseca Peña. *A reforma do mercado de valores mobiliários*. In: LOBO, Jorge. *Reforma da Lei das Sociedades Anônimas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CLARK, Robert Charles. *Corporate Law*. Boston/Toronto: Little, Brown and Company, 1986.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Parecer*. In: CARVALHOSA, Modesto; LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros; WALD, Arnoldo (coord.). *A Responsabilidade Civil da Empresa Perante os Investidores – Contribuição à Modernização e Moralização do Mercado de Capitais*. São Paulo, Quartier Latin do Brasil, 2018. pp. 174-202.

COFFE JR., John C. *Class wars: the dilemma of the mass tort class action*. *Columbia Law Review*, v. 95, n. 6, Oct. 1995.

_____. *Privatization and corporate governance: the lessons from securities market failure*. *Journal of Corporation Law*, n. 25, p. 1-39, 1999.

_____. *The regulation of entrepreneurial litigation: balancing fairness and efficiency in the large class actions*. *University of Chicago Law Review*, v. 54, p. 877 – 937, 1987.

COHN, Marcus; MOORE, James William. *Federal class actions: jurisdiction and effect of judgment*. Chicago: Northwestern University Press, 1938.

COMPARATO, Fábio Konder. *Direito Empresarial: estudos e pareceres*, São Paulo: Saraiva, 1995, pp. 182-183.

_____. *Novos Ensaio e Pareceres de Direito Empresarial*, Forense, 1981.

_____. *O poder de controle na sociedade anônima* / Fábio Konder Comparato e Calixto Salomão Filho. 6ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

COOPER, Edward H. *Rule 23: challenges to the rulemaking process*. *New York University Law Review*, v. 71, n. 1, p. 13 – 76, Apr.-May 1996.

CORREIA, Luís Brito. *Os administradores de sociedades anônimas*. Coimbra: Almedina, 1988.

COUND, John J., FRIEDENTHAL, Jack H., MILLER, Arthur R. e SEXTON, John E. Civil. *Civil Procedure Supplement*, St. Paul, West Publishing Co., 1990.

_____. *Procedure - Cases and Materials*, St. Paul, West Publishing Co., 5a. ed., 1989.

CROSS, Oleg. *Dura Pharmaceuticals v. Broudo: The Unlikely Tort of “Securities Fraud”*. Acesso em 1 de agosto de 2018. Disponível em https://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com.br/&httpsredir=1&article=1010&context=djclpp_sidebar.

CUNHA, Alcides A. Munhoz da. *Evolução das ações coletivas no Brasil*. Revista de Processo, v. 77, p. 224 – 235, São Paulo, RT, jan.-mar. 1995.

DAM, Kenneth W. *Class action notice: who needs it*. The Supreme Court Review, p. 97 – 126, 1974.

DAUDT, Simone Stabel. *O reconhecimento de sentença coletiva americana no direito brasileiro*. Acesso em 1 de agosto de 2018. Disponível em <http://www.processoscoletivos.net/1186-o-reconhecimento-de-sentenca-coletiva-americana-no-direito-brasileiro>

DELGADO, José Augusto. *Interesses difuso e coletivos: Evolução Conceitual. Doutrina e Jurisprudência do STF*, Revista de Processo, São Paulo, Revista dos Tribunais, n° 98, pp.60/81, abr./jun. 2000.

DEJARLAIS, Natalie. *The consumer trust fund: a cy près solution to undistributed fund in consumer class actions*. Hastings Law Journal, v. 38, Apr. 1987.

DIAS, Amanda Tayar Duarte. *Questões atuais envolvendo o insider trading*. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, ano 12, n. 45, jul./set. 2009, pp. 121-148.

DIAS, Francisco Barros. *Coisa julgada e execução no processo coletivo*. Revista de Processo, v. 78, São Paulo, RT, abr.-jun., 1995, pp. 50 – 63.

DIAS, Luciana Pires. *Regulação e auto-regulação no mercado de valores mobiliários*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*, 8ª edição, São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. *A Nova Era do Processo Civil*, São Paulo: Malheiros, 2003.

DINAMARCO, Pedro da Silva. *Ação civil pública*. São Paulo: Saraiva, 2001.

DIZ, Nelson Nascimento. *Apontamentos sobre a legitimação das entidades associativas para a propositura de ações coletivas em defesa de direitos individuais homogêneos de consumidores*. Revista Forense, v. 350, p. 113, abr.-jun. 2000.

DOTTI, René Ariel. *A atuação do Ministério Público na proteção dos interesses difusos*. Justitia, v. 47, p. 9 – 38, São Paulo, out.-dez. 1985; Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, v. 19, p. 66 – 94, Porto Alegre, 1986.

DUTRA, Marcos Galileu Lorena. *As Novas Estruturas Organizacionais da Bolsa*. São Paulo, 2008. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

DUVAL JR, Benjamin S. *The importance of substance to the study of class actions: a review essay on the Ontario Law Reform Commission report on class actions*. Chicago: American Bar Foundation, 1984.

EASTMAN, Damien. *Class actions: a question without notice*. Dissertação de mestrado. Harvard Law School, 2001.

EDELMAN, Daniel A.; ROSMARIN, Yvonne W. *Consumer class actions: a practical litigation guide*. 3 ed. Boston: National Consumer Law Center, 1995.

EIZIRIK, Nelson. *A Lei das S/A Comentada*. Volume III. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

_____. *A “fraud-on-the-market theory” pode ser aplicada no Direito Societário brasileiro?* In: Lei das S.A. em seus 40 anos, organização Alberto Venancio Filho, Carlos Augusto da Silveira Lobo, Luiz Alberto Colonna Rosman. – 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, pp. 85-102.

_____. *O conceito de valor mobiliário e o alcance da Lei n. 7.913-89*. Aspectos modernos do direito societário. Rio de Janeiro: Renovar, 1992. pp. 147-163.

_____. *O papel do Estado na regulação do mercado de capitais*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977. 145 p. (Série Estudos Especiais n. 3).^[1]_{SEP}

_____. *Regulação e auto-regulação do mercado de valores mobiliários*, in RDM 48/48, out.-dez./82.

_____. *Responsabilidade civil e administrativa do diretor de companhia aberta*. In: Revista dos Tribunais. São Paulo: RT, v.XXIII, n. 56, out.-dez., 1984, pp. 47 – 62.

_____; GAAL, Ariadna; PARENTE, Flávia; HENRIQUES, Marcus. *Mercado de Capitais. Regime Jurídico*. 3^a ed. São Paulo: Renovar. 2011.

EPSTEIN, Richard Allen. *Class actions: the need for a hard second look*. Civil Justice Report, n. 4, Manhattan Institute for Policy Research, March 2002.

ESTREICHER, Samuel. *Federal class actions after 30 years*. New York University Law Review, v. 71, n. 1, p. 1 – 12, Apr.-May 1996.

FARIA, Marcela Kohlbach de. *A possibilidade da instituição da arbitragem em demandas coletivas: PL 5.139/2009: análise da experiência norte-americana*. Revista de arbitragem e mediação, v. 34, jul./set. 2012, pp. 233-251.

FAZZALARI, Elio. *Federal civil judicial procedure and rules*. St. Paul, MN: West Publishing, 1985.

_____. *Federal class actions: a suggested revision of Rule 23*. Columbia Law Review, 1946.

_____. *Federal courts – Rule 23(a) – Res judicata and the spurious class action*. Iowa Law Review, v. 39, 1954.

FERNANDES, Sérgio Ricardo de Arruda. *Breves considerações sobre as ações coletivas contempladas no Código de Defesa do Consumidor*. Revista de Processo, vol. 71, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1993.

FERRAZ, Antonio Augusto Mello de Camargo. *Considerações sobre interesse social e interesse difuso*. In: MILARÉ, Edis (Org.). *A ação civil pública após 20 anos: efetividade e desafios*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005. pp. 59-71.

_____; FRONTINI, Paulo S.; MILARÉ, Edis. *Ministério público, ação civil pública e defesa dos interesses difusos*. Justitia, v. 47, p. 263-278, set. 1985.

FIGUEIREDO, Lúcia Vale. *A ação civil pública – Ação popular – A defesa dos interesses difusos e coletivos – Posição do Ministério Público*. Boletim de Direito Administrativo, p. 1 – 14, jan. 1987.

_____. *Interesses Difusos na Futura Constituição*. Revista de Direito Público, São Paulo, ano XX, n.º 82, abril/junho 1987, pp. 111-114.

FIORI, José Luis. *Transição terminada: crise superada?* Acesso em 1 de agosto de 2018. Disponível _____ em http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/62/20080624_transicao_terminada.pdf

FISS, Owen (trad. Carlos Alberto de Salles). *The political theory of the class action*. Washington and Lee Law Review v. 53 (1996) p. 21-31.

_____. *Um Novo Processo Civil – estudos norte-americanos sobre jurisdição, constituição e sociedade*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

FORGIONI, Paula A. *A evolução do direito comercial brasileiro*, 2a.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. *Conflito de Interesses nas Assembléias de S.A. (e outros escritos sobre conflitos de interesses)*. 2. ed., rev. e aum. São Paulo: Malheiros, 2014.

_____. *Direito Societário Contemporâneo I (obra coletiva)*. 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009. v. 1.

_____. *Direito Societário Contemporâneo II*. 1ª. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2015. v. 1.

_____. *Invalidez das deliberações de assembleia das S/A e outros escritos sobre o tema da invalidez das deliberações sociais*. 2. ed., rev. e aum. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____.; ADAMEK, Marcelo Vieira von (Org.) . *Temas de Direito Empresarial e outros estudos em homenagem ao Professor Luiz Gastão Paes de Barros Leães (obra coletiva)*. 1ª. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014. v. 1.

_____. *Temas de Direito Societário, Falimentar e Teoria da Empresa*. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. v. 1.

FRANCO NETO, Ary Azevedo. *Mandado de segurança coletivo: legitimação das entidades associativas para defesa de interesses coletivos*. RT, v. 677, São Paulo, mar. 1992.

FRIEDLANDER, Willian A. *Civil procedure – Federal rule 23 – Aggregation of claims in class action*. Tulane Law Review, v. 43, 1969.

FRONTINI, Paulo Salvador. *Ação civil pública em tutela de direitos difusos: condições da ação – indagações sobre a possibilidade jurídica do pedido, interesse processual e legitimidade dos efeitos jurídicos*. In: MILARÉ, Edis (Coord.). *A ação civil pública após 20 anos: efetividade e desafios*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005.

GAMBÔA, João Carlos Corsini. *As condições da ação coletiva para defesa de direitos individuais homogêneos*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, 1999.

GARRIDO, Renata Lorenzetti. *Legitimidade ativa das associações para a propositura de ações coletivas*. Revista de Direito do Consumidor, n. 16, p. 89 – 102, out.-dez., 1995.

GIDI, Antonio. *A class action: como instrumento de tutela coletiva dos direitos: as ações coletivas em uma perspectiva comparada*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2007.

_____. *A representação adequada nas ações coletivas brasileiras: uma proposta*. Revista de Processo, v. 108, p. 61 – 70, São Paulo: RT, out.-dez. 2002.

_____. *Class actions in Brazil: a model for civil law countries*. American Journal of Comparative Law, v. 51, n. 2, p. 311 – 408, Spring 2004.

_____. *Coisa julgada e litispendência em ações coletivas*. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____. *Legitimidade para agir em ações coletivas*. Revista de Direito do Consumidor, v. 14, p. 52 – 66, São Paulo: RT, abr.-jun. 1995.

_____. *The class action code: model for civil law countries*. Tucson: The University of Arizona James E. Rogers College of Law, 2005.

_____. *The recognition of U.S. class action judgments abroad: the case of Latin America: part I: obstacles derived from specific class action rules*. Revista de processo, v. 38, n. 223, p. 249-300, set. 2013.

_____. *The recognition of U.S. class action judgments abroad: the case of Latin America: part II: obstacles derived from traditional rules*. Revista de processo, v. 224, out. 2013, pp. 255-281.

GIUSSANI, Andrea. *Studi sulle class actions*. Padova: Cedam, 1996.

GOLDSTEIN, Stephen. *Class actions in Israel*. Israeli Reports to the XIII International Congress of Comparative Law, v. 51, n. 2, p. 311 – 408, Spring 2003.

GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel. *Anotações sobre o projeto da nova lei da ação civil pública: principais inovações*. Revista de processo, v. 34, n. 176, p. 174-194, out. 2009.

_____. *A nova lei da ação civil pública e do sistema único de ações coletivas brasileiras: projeto de lei nº 5.139/2009*. Revista Magister de direito empresarial, concorrencial e do consumidor, v. 5, n. 27, p. 5-21, jun./jul. 2009.

_____. *A proposta de estruturação do sistema único de ações coletivas brasileiras: a nova lei da ação civil pública*. Revista jurídica, Porto Alegre, v. 57, n. 382, p. 19-39, ago. 2009.

_____. *Projeto de lei nº 5.139/2009: A nova lei da ação civil pública e do sistema único de ações coletivas brasileiras*. Revista IOB de direito civil e processual civil, v. 11, n. 63, p. 15-32, jan./fev. 2010.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Tutela de interesses difusos e coletivos*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GRINBERG, Rosana. *O Judiciário e os direitos individuais e coletivos*. Revista de Direito do Consumidor, v. 27, p. 49 – 56, São Paulo, RT, jul.-set. 1998.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *A ação civil pública no STJ. A marcha do processo*. São Paulo: Forense, 2000, Revista de Processo, v. 99, p. 9 – 26, São Paulo: RT, jul.-set. 2000.

_____. *A ação civil pública e a defesa dos interesses individuais homogêneos*. Revista de Direito do Consumidor, v. 5, p. 206 – 229, São Paulo, jan.-mar. 1993.

_____. *A class action brasileira*. In: TUBENCHLAK, James; BUSTAMANTE, Ricardo Silva. Livros de estudos jurídicos. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Jurídicos, 1991. v. 2.

_____. *A aparente restrição da coisa julgada na ação civil pública*. Ineficácia da modificação no art. 16 pela Lei 9.494/97. Boletim Informativo da Escola Superior do do Ministério Público do Estado de São Paulo – ESMP, n. 11, p. 7 – 10, fev. 1998.

_____. *A tutela jurisdicional dos direitos difusos no direito comparado*. A tutela dos interesses difusos. São Paulo: Max Limonad, 1984.

_____. *As garantias constitucionais do processo nas ações coletivas*. Revista de Processo, v. 43, p. 19 – 30, São Paulo, RT, jul.-set. 1986.

_____. *Ações coletivas ibero-americanas: novas questões sobre a legitimação e a coisa julgada*. Revista Iberoamericana de Derecho Procesal. n. 1, 2002.

_____. *A tutela coletiva dos investidores no mercado de valores mobiliários: questões processuais*. Processo societário / Flavio Luiz Yarshell, Guilherme Setoguti J. Pereira (coordenadores). p. 27 – 58. São Paulo: Quartier Latin. 2012.

_____. *Da class action for damages à ação de classe brasileira: os requisitos de admissibilidade*. Revista de Processo, v. 101, São Paulo, RT, jan.-mar. 2001, pp. 11–27.

_____. *Das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos*. In: _____ et al. Código de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto. 6. ed. rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

_____. *O novo processo do consumidor*. Revista de Processo. vol. 62, abr.-jun. 1991, pp. 141-152.

_____; DINAMARCO, Cândido Rangel e WATANABE, Kazuo (coordenadores), *Participação e Processo*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

_____. *Significado social, político e jurídico da tutela dos interesses difusos*. In: A marcha do processo. São Paulo: Forense Universitária, 2000. pp. 17-23.

_____; VIGORITI, Vincenzo; BENJAMIMN, Antônio Herman; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. (Org.). *Processo coletivo: do surgimento à atualidade*, v. 1, 1ª ed. São Paulo, 2014.

HARVARD UNIVERSITY. *Class Actions*, *Harvard Law Review*, may/1976, 89(7), p. 1321 – 1644.

HENSLER, Deborah R. et al. *Class action dilemmas: pursuing public goals for private gain*. Santa Monica, CA: Rand Institute for Civil Justice, 2000.

HIGA, Flávio da Costa. *Class actions for damages: breves apontamentos*. Revista do direito trabalhista, v. 17, n. 7, p. 20-31, jul. 2011.

HOMBURGER, Adolf. *State class actions and the Federal Rule 71*. Columbia Law Review, 1971.

HULL, John. *Introdução aos mercados futuros e de opções*. São Paulo: Cultura; Bolsa de Mercadorias & Futuros, 1995.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Parecer sobre a Responsabilidade Direta da Sociedade de Economia Mista por Danos Acarretados aos Investidores*. In: CARVALHOSA, Modesto; LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros; WALD, Arnoldo (coord.). *A Responsabilidade Civil da Empresa Perante os Investidores – Contribuição à Modernização e Moralização do Mercado de Capitais*. São Paulo, Quartier Latin do Brasil, 2018. pp. 203-277.

KARMEL, Roberta S. *Regulation by persecution: the securities & exchange comission versus corporate america*. New York: Simon and Schuster, 2000.

KLONOFF, Robert H. *Class actions and other multi-party litigation*. St. Paul, MN: West Publishing, 1999.

LAMEIRA, Valdir de Jesus. *Mercado de capitais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

LAMY FILHO, Alfredo. *A Lei das S.A.: (pressupostos, elaboração, aplicação)*. Alfredo Lamy Filho, José Luiz Bulhões Pedreira. Rio de Janeiro: Renovar, 1996. v. II.

_____; PEDREIRA, José Bulhões Pedreira (Coord.). *Direito das Companhias*. Rio de Janeiro: Forense, 2ª ed. 2017.

LARCKER, David; TAYAN, Brian. *Corporate Governance Matters – A closer look at organizational choices and their consequences*. Pearson Education Inc. 2nd ed. 2016.

LAZZARINI, Marilena. *As investidas contra as ações civis públicas*. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos (Coord.). Tutela coletiva: 20 anos da Lei de Ação Civil Pública e do Fundo de Defesa de Direitos Difusos. 15 anos do Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Atlas, 2006.

LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. *A Responsabilidade Civil das Companhias de Mercado – A Tutela Coletiva dos Investidores em Sede Arbitral*. In: CARVALHOSA, Modesto; LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros; WALD, Arnoldo (coord.). A Responsabilidade Civil da Empresa Perante os Investidores – Contribuição à Modernização e Moralização do Mercado de Capitais. São Paulo, Quartier Latin do Brasil, 2018. pp. 49-79.

_____. *Direito Comercial: textos e pretextos*, São Paulo: Bushatsky, 1976, p. 64

_____. *Mercado de capitais e insider trading*. São Paulo, RT, 1982.

_____. *O conceito de security*. Direito comercial: textos e pretextos. São Paulo: José Bushatsky, 1976.

_____. *O conceito de security no direito norte-americano e o conceito análogo no direito brasileiro*. Revista de Direito Mercantil, v. 14, p. 41 – 60, São Paulo.

LEAL, Márcio Flávio Mafra. *Ações coletivas: história, teoria e prática*. Porto Alegre: Fabris, 1998.

LENZA, Pedro. *Teoria geral da ação civil pública*. São Paulo, RT, 2003.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Manual do processo coletivo*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

LIMA, Francisco Gérson Marques de. *Anotações preliminares à nova Lei das Ações Coletivas (PL nº 5.139/2009)*. Revista de direito social / Procuradoria Regional do Trabalho da 7. Região, v. 2, n. 3, p. 67-88, ago 2009.

LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu), *Princípios de Direito Mercantil e Leis de Marinha*, publicado entre 1798 e 1804, ed. de 1874, Typographia Academica, Rio, p. 501, n. 7.

LIU, Lawrence S. *Simulating securities class actions: the case in Taiwan*. Corporate Governance International, Hong Kong. Sweet & Maswell, Dec. 2000, p. 4 – 12.

LORIA, Eli. *Companhia aberta: objeto social e operações de risco*. Tese de Doutorado - Doutorado em Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2012.

MACIEL, Karina Teresa da Silva; MARTIN, Antônio. *Direitos difusos dos investidores no mercado de capitais: repressão ao insider trading*. In: Revista de direito empresarial- ReDE. São Paulo: Revista dos Tribunais, v.2, no.2, mar.-abr., 2014, p. 159 – 185.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *A concomitância de ações coletivas, entre si, e em face das ações individuais*. RT, v. 782, p. 20, São Paulo, dez. 2000.

_____. *Ação civil pública*. 8 ed. São Paulo: RT, 2002.

_____. *Ação civil pública para tutela dos interesses dos titulares de valores mobiliários e investidores do mercado – Uma análise da Lei 7.913, de 7.12.89*. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano. 78, vol. 650, dez. 1989, pp. 31-39.

_____. *Ação Popular*, 4ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

_____. *Divergência Jurisprudencial e Súmula Vinculante*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

_____. *Interesses difusos e coletivos*. RT. v. 747, São Paulo: RT, jan. 1998, pp. 67-84.

_____. *Interesses difusos: conceito e colocação no quadro geral dos “interesses”*. Revista de Processo, v. 55, p. 165 – 179, São Paulo, RT, jul.-set. 1989.

_____. *Interesses Difusos - Conceito e Legitimação para Agir*, 2ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

_____. *Jurisdição coletiva e coisa julgada*. Teoria geral das ações coletivas. São Paulo: RT, 2007.

_____. *O Manual do Consumidor em Juízo*. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. *Uma análise comparativa entre os objetos e as legitimações ativas das ações vocacionadas à tutela dos interesses metaindividuais: mandado de segurança coletivo, ação civil pública, ações do código de defesa do consumidor e ação popular*. Justitia. n. 160, p. 181 – 203. São Paulo: 1992.

MARANHÃO, Clayton. *Nota crítica ao instituto da ação coletiva passiva no direito brasileiro*. Juris plenum, v. 12, n. 67, p. 65-68, jan. 2016.

MARIANI, Rômulo Greff. *Arbitragens coletivas no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Ações inibitória e de ressarcimento na forma específica do Anteprojecto de Código Modelo de Processo Colectivos para Iberoamérica*. Revista Forense, Rio de Janeiro, v. 101, n. 381, p. 121-134, set./out. 2005.

MARQUES, Claudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1995.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Ação civil pública para defesa de direitos individuais disponíveis e divisíveis – Inadequação do veículo processual – Constitucionalidade de taxas para prestação de serviços públicos específicos e divisíveis da Prefeitura de Taubaté*. Revista de Processo, v. 75, São Paulo: RT, jul.-set. 1994, pp. 246 – 261.

MATTOS FILHO, Ary Oswaldo. *O conceito de valor mobiliário*. Revista de Direito Mercantil 59, p. 30 – 55. São Paulo: RT. jul.-set. 1985.

MAURO, Adalgiza Paula Oliveira. *Direitos individuais homogêneos: extensão e limites de defesa pela via processual coletiva*. Revista nacional de direito e jurisprudência, v. 9, n. 100, p. 22-31, abr. 2008.

MAZZEI, Rodrigo; e NOLASCO, Rita Dias (coords.). *Apontamentos sobre o processo das ações coletivas*. *Direito Processual Coletivo*. São Paulo: Quartier Latin, 2005, p. 41.

MAZZILLI, Gustavo Moreira. *Breves comentários sobre a defesa coletiva dos investidores em mercados de capital*. III Jornada de Direito Processual Civil. p. X – X. Brasília: Escola de Magistratura Federal da 1ª Região, 2014.

MAZZILI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. *O processo coletivo e o CPC de 2015*. In: Novo Código de processo civil: impactos na legislação extravagante e interdisciplinar. São Paulo: Saraiva, 2016, v. 2, p. 69-91.

_____. *Tutela dos interesses difusos e coletivos*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado de segurança, Ação popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, "Habeas Data"*, 16ª edição (atualizada por Arnold Wald), São Paulo: Malheiros, 1995.

MENDES, Aluizio Gonçalves de Castro. *Ações coletivas no direito comparado e nacional*. São Paulo, RT, 2. ed. 2010.

_____. *O Código Modelo de Processos Coletivos para os Países Ibero-Americanos*. In: MAZZEI, Rodrigo; NOLASCO, Rita Dias (Coords.). *Processo civil coletivo*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

MENDES, Givago Dias. *Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários*. In: XXV Congresso Nacional do Conpedi - Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, 2016, Curitiba-PR. XXV CONGRESSO DO CONPEDI - CURITIBA PROCESSO, JURISDIÇÃO E EFETIVIDADE DA JUSTIÇA III. Florianópolis - SC: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito - CONPEDI, 2016. pp. 131-149.

MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro de. *Sistemas financeiros do Mercosul: estrutura, financiamento de longo prazo e interpenetração de capitais*. Acesso em 1 de agosto de 2018. Disponível em www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1796&tp=a

MILLER, Arthur R. *Of Frankstein monsters and shining knights: myth, reality, and the class action problem*. Harvard Law Review, v. 92, p. 664 – 694, 1979.

_____. *Problems in administering judicial relief in class action under Federal Rule 23(b)(3)*. Federal Rules Decisions. St. Paul, MN: West Publishing, 1972.

MIRANDA. Pontes. Tratado de Direito Privado. São Paulo: Saraiva, 2012, tomo 1.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. *A coisa julgada nas ações para tutela de direitos difusos*. RT, v. 631, São Paulo, maio 1988.

_____. *Interesses difusos: a ação civil pública e a constituição*. Revista de Informação Legislativa n. 94, p. 169 – 174, abr.-jun. 1987.

MOORE, James William et al. *Federal practice*. 3 ed. New York: Lexis Pub., 1997.

_____; COHN, Marcus. *Federal class actions*. Jurisdictions and effect of judgement. Chicago: Northwestern University Press, 1938.

MOREIRA, Alberto Camiña. *A ação civil pública da Lei 7.913/89 entre o direito coletivo e o direito societário*. In: CARVALHOSA, Modesto; LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros; WALD, Arnaldo (coord.). *A Responsabilidade Civil da Empresa Perante os Investidores – Contribuição à Modernização e Moralização do Mercado de Capitais*. São Paulo, Quartier Latin do Brasil, 2018. pp. 313-363.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *A ação popular do direito brasileiro como instrumento de tutela jurisdicional dos chamados “interesses difusos”*. Revista de Processo, vol. 28, out.-dez. 1982, pp. 7-19.

_____. *Tutela jurisdicional dos interesses coletivos ou difusos*. Revista de Processo, São Paulo, v. 39, p. 57-77, jul./set. 1985.

MOREIRA, Alberto Camiña. *A Ação Civil Pública da Lei 7.913/89 entre o Direito Societário Coletivo e o Direito Societário*. In: CARVALHOSA, Modesto; LEÃES, Luiz

Gastão Paes de Barros; WALD, Arnaldo (coord.). *A Responsabilidade Civil da Empresa Perante os Investidores – Contribuição à Modernização e Moralização do Mercado de Capitais*. São Paulo, Quartier Latin do Brasil, 2018. pp. 314-363.

MOSQUERA, Roberto Quiroga. *Os princípios informadores do direito do mercado de capitais*. Aspectos atuais do direito financeiro e do mercado de capitais. São Paulo: Dialética, 1999.

MULLENIX, Linda S. *Civil procedure: class actions*. New York: Foundation Press, 2000.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. *A importância do sistema de solução de conflitos para o direito societário: limites do instituto da arbitragem*. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coords.). *Processo societário*.

NALINI, José Renato. *O juiz e a proteção dos interesses difusos*. Revista dos Tribunais, v. 680, São Paulo, jun. 1992, pp. 260-267.

NAJJARIAN, Ilene Patrícia de Noronha. *Comentários ao tratamento jurídico conferido aos investidores no mercado financeiro e de capitais enquanto consumidores de produtos e serviços: aspectos do regime do direito do consumidor aplicáveis aos mercados financeiro e de capitais no direito brasileiro*. Revista luso-brasileira de direito do consumo, v. 5, n. 17, mar. 2015, pp. 231-255.

NEEMAN, Zvika; KLEMENT, Alon. *Incentive structures for class action lawyers*. Cambridge, MA: Harvard John M. Olin Center for Law, Economics and Business, Discussion Paper n. 329, 2001.

NEGRÃO, Ricardo. *O fundamento jurídico da legitimação ativa na ação coletiva*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC, 2000.

NERY JR., Nelson. *O processo civil no Código de Defesa do Consumidor*. Revista de Processo n. 61. São Paulo: RT, janeiro/março de 1991.

NERY JR., Nelson et al. *A ação civil pública*. Revista de Processo, v. 31, p. 224 – 232, São Paulo, RT, jul.-set. 1983.

_____. *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*, 6ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

NERY JR., Nelson; NERI, Rosa. *Código de Processo Civil Comentado*. 2. Ed. São Paulo: ed. RT, 1996.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de processo coletivo*: volume único. 2. ed. São Paulo: Método, 2014.

NEWBERG, Herbert B. *Newberg on class actions*. 3 ed. Colorado: Shepard's/McGrawHill, 1992. v. 1 a 5.

_____. *Of legalized blackmail and legalized theft: consumer class actions and the substance-procedure dilemma*. Southern California Law Review, v. 47, p. 842 – 900, 1974.

OLIVEIRA, Francisco Antonio de. *Ação civil pública*: enfoques trabalhistas. 3. ed. São Paulo: LTr, 2012.

PACE, Nicholas M. et al. *Class actions dilemmas: pursuing public goals for private gain*. Santa Monica, CA: Rand Institute for Civil Justice, 2000.

PACHECO, Silva. *Evolução do Processo Civil Brasileiro*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

PEIXOTO, Bruno Lana; ARAÚJO, Marina. *A Responsabilidade Civil pela Desinformação aos Investidores no Mercado de Capitais: Uma análise Teleológica à Luz do Direito Norte Americano*. In: CARVALHOSA, Modesto; LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros; WALD, Arnaldo (coord.). *A Responsabilidade Civil da Empresa Perante os Investidores – Contribuição à Modernização e Moralização do Mercado de Capitais*. São Paulo, Quartier Latin do Brasil, 2018. pp. 279-311.

PRADO, Viviane Muller. *Os Desafios para o Ressarcimento de Investidores*. In: CARVALHOSA, Modesto; LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros; WALD, Arnaldo (coord.). *A Responsabilidade Civil da Empresa Perante os Investidores – Contribuição à Modernização e Moralização do Mercado de Capitais*. São Paulo, Quartier Latin do Brasil, 2018. pp. 365-427.

PEIXOTO, Bruno Lana; Araújo, Marina. *A Responsabilidade Civil pela Desinformação aos Investidores no Mercado de Capitais: Uma Análise Teleológica à Luz do Direito Norte-Americano*. In: CARVALHOSA, Modesto; LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros; WALD,

Arnoldo (coord.). *A Responsabilidade Civil da Empresa Perante os Investidores – Contribuição à Modernização e Moralização do Mercado de Capitais*. São Paulo, Quartier Latin do Brasil, 2018. pp. 279-311.

PEREIRA, Milton Luiz. *Amicus curiae – Intervenção de terceiros*. Revista de Processo. v. 109. p. 39 – 44. São Paulo: RT. jan.-mar. 2003.

PEREIRA, Renato Bretz. *Class action*. De Jure: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, n. 9, p. 337-352, jul./dez. 2007.

PERINO, MICHAEL A. *Securities litigation after the reform act*. Chicago, IL: CCH Inc., 2000.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. *As Ações Coletivas no Direito Brasileiro: aspectos gerais, evolutórios e algumas controvérsias*, in Revista Dialética de Direito Processual, volume 11, pp 78/90, São Paulo: Oliveira Castro, 2004.

_____. *Ações de Classe. Direito Comparado e Aspectos Processuais Relevantes*, in Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, nº 18, vol. 05, 2002, p. 141 – 155.

_____. *A Dimensão da Garantia do Acesso à Justiça na Jurisdição Coletiva*, in *Juris Poiesis* - Revista dos Cursos de Direito da Universidade Estácio de Sá, vol. 5, Rio de Janeiro, 2002, p. 21 – 30.

_____. *Direito Individual Homogêneo e legitimidade do Ministério Público: visão dos Tribunais Superiores*, in Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, volume 07, nº 26, Rio de Janeiro, 2004, p. 246 – 264.

_____. *A Tutela do Interesse Coletivo como Instrumento Polarizador da Participação do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*. Artigo publicado na Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, vol. 13, p. 159 – 174, na Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, nº 16, vol. 04, 2001, p. 174 – 191.

PLAGER, S. Jay; NAGEL, Ilene H.; GARTH, Bryant. *The institution of the private attorney general: perspectives from an empirical study of class action litigation*. Southern California Law Review. v. 61. p. 353 – 398, 1988.

REGO, Hermenegildo de Souza. *Interesses difusos e conceitos tradicionais da legitimação “ad causam”, interesse de agir, representação, substituição processual e limites subjetivos e objetivos da coisa julgada*. Revista de Processo. v. 43, jul.-set. 1986, pp. 260 – 277.

RHODE, Deborah L. *Class conflicts in class actions*. Stanford Law Review. v. 34. p. 1.183 – 1.262, 1982.

ROCHA, Ibraim José das Mercês. *A ação coletiva no direito americano: uma interpretação de seus fundamentos*. Revista forense, v. 108, n. 416, p. 153-179, jul./dez. 2012.

ROCHA, Luciano Velasque. *Por uma conceituação de ação coletiva*. Revista de Processo. v. 107. p. 269 – 277. São Paulo: RT. jul.-set. 2002.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Observações críticas acerca da suspensão de segurança na Ação Civil Pública (art. 4o da Lei 8.437/1992 e art. 12, § 1o, da LACP)*. In: MILARÉ, Edis. *A ação civil pública após 20 anos: efetividade e desafios*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005.

ROMANO, R. *Less is more: making institutional investor activism a valuable mechanism of corporate governance*. Yale Journal of Regulation, n. 2, v. 18, p. 174-252, 2001.

ROSENFELD, Maurice; KALVEN JR., Harry. *The contemporary function of the class suit*. The University of Chicago Law Review. v. 8. p. 684 – 721, 1941.

ROSMARIN, Yvonne W.; EDELMAN, Daniel A. *Consumer class actions: a practical litigation guide*. 3 ed. Boston: National Consumer Law Center, 1995.

RULE 23. FEDERAL RULES OF CIVIL PROCEDURE (F.R.C.P.). The Committee on de Judiciary House of Representatives, U.S. Government Printing Office, Washington.

SADEK, Maria Tereza. *Acesso à Justiça*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer. 2001.

SAES, Alexandre Macchione. *Dependência brasileira: quarenta anos de restrição ao financiamento da economia nacional (1964-2004)*. Acesso em 1 de agosto de 2018. Disponível em <http://www.klepsidra.net/klepsidra24/dependencia.htm>

SALLES, Marcos Paulo de Almeida, *Comentários à Lei das Sociedades por Ações*, v. III, p. 18, São Paulo, Inst. Adv.-Resenha Tributária, 1980.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. *Responsabilidades por acidentes de consumo*. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. n. 36. 1995.

SANTOS, Carlos Frederico. *O processo coletivo e o ônus da prova*: Projeto de lei n. 5.139/2009. Boletim científico da Escola Superior do Ministério Público da União, v. 11, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2012.

SCHWARTZ, Victor E. APPEL, Christopher E. *Rebutting the Fraud on the Market Presumption in Securities Fraud Class Actions: Halliburton II Opens the Door*. Michigan Business & Entrepreneurial Law Review. Volume 5. Issue 1. 2016. Acesso em 1 de agosto de 2018. Disponível em <https://repository.law.umich.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1036&context=mbelr>.

SHEPERD, Stewart R. *Damage distribution in class actions: the cy près remedy*. University of Chicago Law Review, v. 39, p. 448 – 465, 1971-72.

SHULMAN, Zachary. *Fraud-on-the-Market Theory After Basic Inc. v. Levinson*. Cornell Law Review. Volume 74. Issue 5. July 1989. Article 13. Acesso em 1 de agosto de 2018. Disponível em <https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3430&context=clr>.

SPENCE, Susan T. *Looking Back . . . In a Collective Way*. A short history of class action law. Volume 11, Number 6 - July/August 2002. Acesso em 1 de agosto de 2018. Disponível em <http://apps.americanbar.org/buslaw/blt/2002-07-08/spence.html>

SILVA, Geocarlos Augusto Cavalcante da. *Interrupção da prescrição para propositura de ação individual através da ação civil pública*. Revista de processo, v. 42, n. 263, p. 207-232, jan. 2017.

SOLOVY, Jerold S.; REFO, Patrícia Lee; BAHE-JACHNA, Ruth A. *Class action controversies*. In: BLOCK, Denis J.; LERACH, Willian (orgs.). Class and derivative litigation in the 1990's – The new battleground. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall Law & Business, 1992.

STEFFEN, Helen Cristina; ZANINI, Francisco Antônio Mesquita. *Abertura ou Não de Capital no Brasil: Uma Análise Prática da Percepção dos Executivos Financeiros*. Revista Brasileira de Finanças, v. 12, n. 4, 2014, pp. 597-642.

SZTAJN, Rachel. *Quotas de Fundos Imobiliários – Novo Valor Mobiliário*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, n. 93, janeiro/março 1994, pp. 104-108.

_____. *Regulação e mercado de valores mobiliários*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, n. 135, julho/setembro 2004, pp. 136-147.

TALAMINI, Eduardo. *Cabimento da arbitragem envolvendo sociedade de economia mista dedicada à distribuição de gás canalizado*. Revista Brasileira de Arbitragem. n. 4. out.-dez. 2004. P.44-64.

TANJI, Marcia. *Mercado de capitais brasileiro e a tutela coletiva dos interesses*. Dissertação –Mestrado em Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2009.

TARUFFO, MICHELE. *I limiti soggettivi del giudicato e le class action*. Rivista di Diritto Processuale. v. 1, p. 609 – 636, Padova, Cedam, 1969.

_____; Hazard Jr., Geoffrey C. *La giustizia civile negli Stati Uniti*. Bologna: Il Mulino, 1993.

_____. *Observações sobre os Modelos Processuais de civil law e de common law*, REPRO, vol. 110, Ano 28, São Paulo: Revista dos Tribunais, abril – junho / 2003, p. 141/158.

TAVARES, Osvaldo Hamílton Tavares. *A CVM como “amicus curiae”*, Revista dos Tribunais, ano 82, v. 690, abril 1993, p. 286-287.

TESHEINER, José Maria. *Ações de classe nos Estados Unidos da América do Norte: histórico, características, o Cafa (Class Action Fairness Act of 2005) e a ação ajuizada contra a Petrobrás na Corte de New York*. Revista dos tribunais, São Paulo, v. 105, n. 971, set. 2016, pp. 93-116.

THEODORO JÚNIOR. Humberto. *Direitos do Consumidor*. Rio de Janeiro: Forense. 2000.

TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de. *A Lei 7.913, de 7.12.89 – A tutela judicial do mercado de valores mobiliários*. Revista de Direito Mercantil, ano XXIX, v. 80, São Paulo, out.-dez. 1990, pp. 138-148.

TONIN, Mayara Gasparoto. *Apontamentos sobre a efetividade do sistema de aplicação da lei (enforcement) no mercado de valores mobiliários brasileiro*. Revista de Direito Empresarial: ReDE, vol. 9, maio/jun. 2015, pp. 263-295.

TRINDADE, Marcelo. *As novas regras dos EUA e o mercado de capitais no Brasil*. Jus Navigandi. Teresina, ano 7, n. 60, nov. 2002. Acesso em 1 de agosto de 2018. Disponível em http://www.conjur.com.br/2002-set-16/novas_regras_mercado_capitais_brasil.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *Ação civil pública e Ministério Público: exorbitância refreada pelos tribunais*. Processo civil – Realidade e justiça – 20 anos de vigência do CPC. São Paulo: Saraiva, 1994.

_____. *Class action e mandado de segurança coletivo*. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. *Tempo e processo: uma análise empírica das repercussões do tempo na fenomenologia processual (civil e penal)*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 1997.

TUCCI, Rogério Lauria. *Ação civil pública*. Revista de processo, v. 65, p. 182 – 198, São Paulo, RT, jan.-mar. 1992.

UNITED STATES SENATE. *Hearings before the subcommittee on judicial machinery of the committee on the Judiciary*. Ninety-fifth congress, second session on reform of class action litigation procedures. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1979.

VENTURI, Elton. *Execução da tutela coletiva*. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. *Processo civil coletivo: a tutela jurisdicional dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos no Brasil*. Perspectivas de um Código Brasileiro de Processos Coletivos. São Paulo: Malheiros, 2007.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. *Notas sobre o regime jurídico das ofertas ao público de produtos, serviços e valores mobiliários no direito brasileiro – Uma questão de complementação da proteção de consumidores e de investidores*. Revista de Direito Mercantil, ano XXXXVI, v. 105, jan.-mar. 1997, pp. 75-83.

VIDOR, George. *A história da CVM pelo olhar de seus ex-presidentes*. Rio de Janeiro: ANBIMA e BM&FBOVESPA, 2016.

VIGLIAR, José Marcelo Menezes. *Ação civil pública: Lei n. 7.347-85 e legislação posterior: defesa coletiva da pessoa portadora de deficiência, da criança e do adolescente, do consumidor e do patrimônio público* / José Marcelo Menezes Vigliar. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. *A causa de pedir e os interesses individuais homogêneos*. In: TUCCI, José Rogério et al. *Causa de pedir e pedido no processo civil: questões polêmicas*. São Paulo: RT, 2002.

_____. *A Lei 9.494, de 10 de setembro de 1997, e a nova disciplina da coisa julgada nas ações coletivas: inconstitucionalidade*. Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos – Divisão Jurídica, n. 23, p. 49 – 59, Bauru, ITE, ago.-nov. 1998.

_____. *Ação civil pública ou ação coletiva?* In: MILARÉ, Édís (coord.). *Ação civil pública – Lei 7.347/1985 – 15 anos*. São Paulo: RT, 2001, pp. 400-416.

_____. *Interesses individuais homogêneos em juízo*. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2013.

_____. *Interesses individuais homogêneos e seus aspectos polêmicos*. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. *Tutela jurisdicional coletiva*. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2001.

VITORELLI, Edilson. *O devido processo legal coletivo: dos direitos aos litígios coletivos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

WALD, Arnoldo. *A Responsabilidade da Companhia Aberta pelos Prejuízos Decorrentes de Omissão de Fatos Relevantes e da Divulgação de Demonstrações Financeiras com Informações Falsas ou Distorcidas*. In: CARVALHOSA, Modesto; LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros; WALD, Arnoldo (coord.). *A Responsabilidade Civil da Empresa Perante os Investidores – Contribuição à Modernização e Moralização do Mercado de Capitais*. São Paulo, Quartier Latin do Brasil, 2018. pp. 81-171.

_____. *Usos e abusos da ação civil pública (análise de sua patologia)*. Revista Forense, v. 329, p. 3, jan.-mar. 1995.

_____. *Irresponsabilidade da sociedade anônima por decisões nulas ou abusivas da assembléia geral*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, nova série, v. XII, n. 12, 1973, pp. 11-18.

_____; EIZIRIK, Nelson. *O regime jurídico das bolsas de valores e sua autonomia frente ao Estado*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro. São Paulo, RT, v. 61, p. 5-21, jan.-mar. 1986.

WATANABE, Kazuo. *As garantias do cidadão na justiça*. Autoria coletiva, coordenação do Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, São Paulo, Saraiva, 1993.

WATANABE, Kazuo et al. *Apontamentos sobre: “tutela jurisdicional dos interesses difusos (necessidade de processo dotado de efetividade e de aperfeiçoamento permanente dos juízes e apoio dos órgãos superiores da justiça em termos da infra-estrutura material e pessoal)”*. In: Milaré, Édís (coord.). *Ação civil pública: Lei 7.347/85 – Reminiscências e reflexões após dez anos da aplicação*. São Paulo: RT, 1995.

_____. *Demandas coletivas e os problemas emergentes da práxis forense*. A garantia do cidadão na justiça. São Paulo: Saraiva, 1993; Revista de Processo, v. 67, p. 15 – 25, São Paulo, RT, jul.-set. 1992.

_____. *Tutela jurisdicional dos interesses difusos: a legitimação para agir*. In: Grinover, Ada Pellegrini. *A tutela dos interesses difusos*. São Paulo: Max Limonad, 1984; Revista de Processo, v. 34, p. 197 – 206, São Paulo, RT, abr.-jun. 1984; RJTJESP, v. 88, p. 15 – 21.

WECHSLER, Stuart D. *New directions in securities litigation*. New York: Practising Law Institute, 1976.

_____. *New trends in securities litigation*. New York: Practising Law Institute, 1979.

WEINSTEIN, Jack B. *Individual justice in mass tort litigation: the effect of class actions, consolidations, and other multiparty devices*. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1995.

WEISS, Elliott J.; BECKERMAN, John S. *How institutional investors can reduce agency cost in securities class actions*. The Yale Law Journal, v. 104. P. 2.053 – 2.127, 1995.

WILLGING, Thomas E.; HOOPER, Laural L.; NIEMIC, Robert J. *An empirical analysis of Rule 23 to address the rulemaking challenges*. New York University Law Review, n. 1, v. 71, p. 74 – 179, apr.-may 1996.

WOLKMER, Antonio Carlos, LEITE, José Rubens Morato. *Os Novos Direitos no Brasil – natureza e perspectivas*, São Paulo, Saraiva, 2003, p. 04 – 30.

WRIGHT, Charles Alan; KANE, Mary Kay; MILLER, Arthur R. *Federal practice and procedure*. 2. ed. St. Paul, MN: West Publising, 1986. V. 7A-7B.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Observações a propósito da liquidação na tutela de direitos individuais homogêneos*. In: WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (coord.). *Atualidades sobre liquidação de sentença*. São Paulo, RT, 1997.

YAZBEK, Otavio. *Regulação do mercado financeiro e de capitais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

YEAZELL, Stephen C. *From medieval group litigation to the modern class actions*. New Haven: Yale University Press, 1987.

_____. *From group litigation to class action – Part. I: The industrialization of group litigation*. UCLA Law Review, 27, p. 514 – 564, 1980.

_____. *From group litigation to class action – Part. II: Interest, class, and representation*. UCLA Law Review, 27, p. 1.067 – 1.121, 1980.

_____. *Group litigation and social context: toward a history of the class action*. Columbia Law Review, v. 866, 1977.

YOSHIDA, Consuelo Y. M. *Eficácia das tutelas urgentes nas ações coletivas: efeitos dos recursos. Suspensão de liminar e de sentença*. In: MAZZEI, Rodrigo; NOLASCO, Rita Dias (Coords.). *Processo civil coletivo*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

ZACLIS, Lionel. *Proteção coletiva dos investidores no mercado de capitais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

ZANUTTIGH, Lorian. *Intervenção (no Congresso de Pavia)*. Le azioni a tutela di interessi collettivi. Padova: Cedam, 1976.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos*. Revista Forense, ano 91, v. 329, jan.-mar. 1995. pp. 147-160.

_____. *O Ministério Público e a defesa de direitos individuais homogêneos*. Revista Trimestral de Direito Público, n. 7, p. 148 – 158, São Paulo: Malheiros, 1994.

_____. *Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos*, 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. *Tutela jurisdicional dos acionistas e investidores do mercado de valores mobiliários*. Simpósio sobre direito dos valores mobiliários. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 1998, pp. 1 – 13.

ZUFELATO, Camilo. *Coisa julgada coletiva*. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. *Tutela jurisdicional coletiva dos investidores no mercado de capitais e dos sócios minoritários e a judicialização da negativa de fusão entre Pão de Açúcar e Carrefour*. Revista de Processo, v. 233, jul. 2014, pp. 151-211.

Por dentro da B3: Guia prático de uma das maiores bolsas de valores e derivativos do mundo. Acesso em 1 de agosto de 2018. Disponível em <https://educacional.bmfbovespa.com.br/documentos/ApostilaPQO.pdf>